

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**O LADO B DA GUERRA: O Conflito Armado como Dinâmica que
Impeliu à Transformação de Unidades e Estruturas Sistêmicas**

Marjorie Freidhen Foletto

Santa Maria, RS, Brasil

2016

**O LADO B DA GUERRA: O Conflito Armado como Dinâmica que
Impeliu à Transformação de Unidades e Estruturas Sistêmicas**

Marjorie Freidhen Foletto

Trabalho Final de Graduação apresentado ao Curso de Relações Internacionais,
do Departamento de Economia e Relações Internacionais, Centro de Ciências
Sociais e Humanas, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como
requisito parcial para obtenção do grau de **Bacharel em Relações
Internacionais.**

Orientador: Prof. Dr. Igor Castellano da Silva

Santa Maria, RS, Brasil

2016

*“A guerra pode matar, mas viver sem vitórias, nem
glória, é morrer todos os dias”.*

Napoleão Bonaparte

AGRADECIMENTOS

Agradeço à todos que sopraram as velas do meu barco nessa longa jornada, em especial à minha família, pelo amor, incentivo e apoio incondicional, à Universidade Federal de Santa Maria e ao curso de Relações Internacionais, seu corpo docente, coordenação e administração, que oportunizaram a minha formação e contribuíram para meu crescimento pessoal e profissional e à todos meus mestres, que foram tão importantes na minha trajetória acadêmica e essenciais para que eu chegasse até esta etapa de minha vida, especialmente ao meu orientador, Prof. Dr. Igor Castellano da Silva, pelo suporte, dedicação e empenho a este trabalho.

RESUMO

O presente trabalho final de graduação tem como propósito analisar o fenômeno da guerra e seus constrangimentos apresentando-os sob uma diferente ótica de compreensão: como dinâmicas que impeliram à transformação de unidades e estruturas sistêmicas. Parte-se da hipótese de que a ameaça da guerra incentivou respostas adaptativas por parte dos Estados que, na busca por segurança/sobrevivência e na tentativa de evitar o conflito armado, frente a um sistema anárquico, acionaram mecanismos de reorganização e cooperação que foram importantes para seu autofortalecimento e a restauração das estruturas do sistema internacional. Nesse sentido, o presente estudo busca contribuir ao elucidar sobre a forma com que a guerra e suas dinâmicas criaram incentivos a respostas de formação de novos Estados nacionais e o incremento de suas capacidades, ao desenvolvimento de inovações tecnológicas, a conquistas sociais das mulheres e à criação de novos métodos cirúrgicos. Além disso, incentivou, não intencionalmente, respostas que auxiliaram na transformação da polaridade do sistema e na reconfiguração de forças que possibilitou o surgimento de ordens internacionais, por meio da formação de instituições internacionais e de incentivos à reorganização econômica do sistema.

Palavras chave: Guerra-Unidades-Estruturas Sistêmicas

ABSTRACT

This paper proposes to analyze the phenomenon of war and its contradictions presenting them under a different optic of understanding: as dynamics that impelled the transformation of units and systemic structures. The hypothesis is that the threat of war encouraged adaptive responses by States that, in the search for security / survival and in an attempt to avoid armed conflict, in the face of an anarchic system, triggered reorganization and cooperation mechanisms that were important For its self-reinforcement and the restoration of the structures of the international system. In this sense, the present study seeks to contribute to the elucidation of the way in which the war and its dynamics have created incentives to respond to the formation of new national states and increase their capabilities, to the development of technological innovations, to the social achievements of women and to the Creation of new surgical methods. In addition, it unintentionally encouraged responses that helped transform the polarity of the system and the reconfiguration of forces that allowed the emergence of international orders, through the formation of international institutions and incentives for the economic reorganization of the system.

Keywords: War-Units-Systemic Structures

Sumário

1. INTRODUÇÃO GERAL	8
2. A GUERRA COMO FORÇA QUE INCENTIVOU MUDANÇAS SOCIAIS E POLITICAS	16
2.1. Conflito, desordem e violência ao nível interno dos Estados.....	16
2.1.1. O conflito social como elemento das interações humanas	17
2.1.2. Caos e ordem e a Teoria dos Sistemas Complexos	19
2.1.3. Reflexões sobre a violência na condição moderna e o papel das revoluções	21
2.2. Conflito, desordem e violência ao nível externo dos Estados	24
2.3. Guerra, política e mudança nas Relações Internacionais.	27
2.4. Conclusão do capítulo	30
3. A GUERRA COMO DINÂMICA QUE IMPELIU À TRANSFORMAÇÃO DAS UNIDADES	31
3.1. A guerra como dinâmica que incentivou respostas de formação de novos Estados e incremento de suas capacidades.....	31
3.2. A guerra como força que incentivou o desenvolvimento de inovações tecnológicas	36
3.3. O ingresso da mulher no mercado de trabalho e outros avanços sociais a partir da guerra	40
3.4. A relação da guerra com o desenvolvimento de inovações na área da medicina.....	43
3.5. Conclusão do capítulo	45
4. A GUERRA COMO DINÂMICA QUE IMPELIU À TRANSFORMAÇÃO DE ESTRUTURAS SISTÊMICAS.....	46
4.1. A guerra como força que impulsionou a transformação da polaridade internacional	46
4.2. A guerra como dinâmica que incentivou a reconfiguração de forças que possibilitou a construção da ordem internacional	51
4.2.1. Formação de Instituições Internacionais	51
4.2.2. Incentivo à reorganização econômica do sistema.....	56
4.3. Conclusão do capítulo	60
5. CONCLUSÃO GERAL	61
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	67

1. INTRODUÇÃO GERAL

A guerra é um fenômeno social específico, uma forma de interação que implica choques inevitáveis de interesses, mediante utilização de força armada, para impor diferenciações e divergências atinentes ao conflito. O choque de forças vivas, por meio de ações recíprocas, levará o conflito ao extremo toda vez que houver uma confrontação de grandes interesses (Clausewitz, 1984). Nesse sentido, o conflito armado é uma dinâmica destrutiva e indesejável por parte dos Estados, sua ocorrência envolve medo, sofrimento, angústia e incontáveis conseqüências negativas impactantes na vida social e política dos atores do sistema.

Entretanto, é inegável que ao analisar a história mundial observamos que a guerra e suas dinâmicas muitas vezes se apresentaram como forças que não intencionalmente incentivaram os Estados a se adaptarem à nova realidade imposta pelo conflito e a buscarem meios de se proteger e assegurar sua sobrevivência. Por isso, o presente estudo busca contribuir ao elucidar sobre a forma com que a ameaça da guerra, a sensação de perigo e a tentativa de evitar o conflito incentivaram a reorganização dos Estados e a cooperação internacional, por meio de transformações sociais, políticas e econômicas que contribuíram para seu autofortalecimento e auxiliaram na restauração da ordem internacional.

Nesse sentido, a pesquisa propõe fazer uma análise do fenômeno da guerra e de seus constrangimentos apresentando-os sob uma diferente ótica de compreensão, como dinâmicas que impeliram à transformação de unidades e estrutura, por meio de incentivos a respostas de formação de novos Estados nacionais e o incremento de suas capacidades devido à competição interestatal; do estímulo ao desenvolvimento de inovações tecnológicas direcionadas ao conflito armado e a segurança nacional, com a Revolução dos Assuntos Militares e o processo de digitalização; do incentivo ao ingresso da mulher no mercado de trabalho e outras conquistas sociais femininas, dada as necessidades de recursos humanos no esforço de guerra; e do impulso à inovação na área da medicina e à criação de novos métodos cirúrgicos. Além disso, a guerra foi fator relevante na evolução dos sistemas internacionais ao impactar na transformação da polaridade do sistema, servindo de ambiente definidor em que potências declinam ou acendam como pólos do poder globais ou lideranças regionais. Por fim, o conflito armado tem impactado como fator incentivador à reconfiguração de forças e iniciativas cooperativas que possibilitaram a construção e reconstrução de ordens

internacionais, por meio da formação de instituições internacionais, como o Concerto Europeu, a Liga das Nações e a ONU, e de incentivos à reorganização econômica do sistema.

A presente pesquisa possui como tema a guerra e seus impactos sistêmicos. O trabalho parte do pressuposto que o sistema internacional é constituído de estrutura e de unidades em interação. A teoria sistêmica de Kenneth Waltz (1979) demonstra como o nível sistêmico (estrutural) e o nível das unidades operam e interagem, gerando impactos recíprocos. A dinâmica de interação entre unidades e estrutura não pode ser analisada de maneira determinística, por meio do estabelecimento de leis e padrões gerais e invariáveis que descontextualizem as especificidades do processo histórico. Argumenta-se que o desenvolvimento das unidades e da estrutura deve ser compreendido como um fenômeno complexo, que depende tanto das escolhas estratégicas dos atores, quanto dos distintos contextos históricos em que se inserem.

A estrutura, por um lado, se apresenta como resultado explicativo do tipo de relações e correlações estáveis que se desenrolam entre as unidades, por outro, influencia na conduta das unidades criando um padrão de comportamento que molda a socialização e a competição dos atores, limitando, de forma indireta, o resultado da política internacional. As unidades, por sua vez, são definidas como elementos constitutivos da estrutura. Distinguem-se segundo a projeção de seu poder no sistema internacional e a busca constante de estratégias de segurança para impedir que sua soberania seja ameaçada e para assegurar sua sobrevivência. Nesse trabalho, a aplicação do conceito de unidades será usada como sinônimo de Estados. (Waltz, 1979).

No que se refere à abordagem conceitual de guerra, são muitos os critérios a serem desenvolvidos. O presente estudo defende que guerras globais, apesar de destrutivas e indesejáveis, acabam sendo "engrenagens" significativas no maquinário político econômico que estrutura o sistema internacional. As grandes guerras do sistema internacional podem orientar a ascensão de um novo sistema e determinar cujas preferências políticas são mais propensas a influenciar a maneira como a economia política global opera. No decorrer da história mundial, pode-se observar que a guerra hegemônica foi o mecanismo básico de mudança sistêmica na política internacional (Gilpin, 1981: 209-210). Nesse sentido, o presente trabalho busca analisar como o longo ciclo de liderança político-militar, a ordem do sistema, as mudanças econômicas e tecnológicas e a guerra são dinâmicas que se correlacionam e impactam no funcionamento da política internacional (Rasler e Thompson, 2000).

Todo sistema internacional que o mundo conheceu foi consequência dos realinhamentos territoriais, econômicos e diplomáticos que resultaram de tais conflitos hegemônicos. A consequência mais importante da guerra hegemônica é que ela altera o sistema de acordo com a nova distribuição de poder internacional; ela reorganiza os componentes básicos do sistema. Vitória ou derrota restabelecem uma hierarquia de prestígio não ambígua, congruente com a nova distribuição de poder. A guerra determina quem governa o sistema internacional e quais interesses serão primeiramente servidos pela nova ordem internacional. A guerra leva a uma redistribuição do território entre os Estados no sistema, um novo conjunto de regras, uma divisão do trabalho revisada e etc. Como consequência dessas mudanças, uma ordem internacional relativamente mais estável e uma governança efetiva sobre o sistema internacional são criadas, com bases nas novas realidades da distribuição de poder internacional. Em resumo, guerras hegemônicas estão sendo partes funcionais e integrais da evolução e dinâmicas do sistema internacional (Gilpin, 1981: 198, tradução nossa).¹

Para Charles Tilly, os Estados foram criados como acampamentos de guerra em tempos de paz e a prática da guerra contra rivais externos é uma das quatro atividades mínimas essenciais de um Estado (Tilly, 1985: 171). Seguindo essa mesma linha de análise, na perspectiva de Robert Nisbet, o Estado é pouco mais do que a institucionalização dos instrumentos de fazer a guerra. Sua primeira função, em toda parte, é exclusivamente militar e seus primeiros dirigentes costumam ser generais e senhores da guerra. (Nisbet, 1982: 103) Nesse contexto, o conflito armado se apresenta com uma forte relação com a política, seguindo a linha desenvolvida por Clausewitz, que sustentou que a guerra como a continuação da política por outros meios (Clausewitz, 1984: 75).

Nesse sentido, a guerra provém dos conflitos sociais e políticos entre dois oponentes. O presente trabalho defende não apenas que conflitos são elementos insuperáveis nas dinâmicas políticas, mas que a sua permanência na vida política incentiva mudanças, que resultam, paradoxalmente em melhoramentos. A ligação entre conflitos e mudanças, quer na esfera social quer na esfera política, é clara e indiscutível. É diante de conflitos que os atores acionam mecanismos de adaptação e de reorganização importantes para seu autofortalecimento.

¹ No original: “Every international system that the world has know has been a consequence of the territorial, economic, and diplomatic realignments that have followed such hegemonic struggles. The most important consequence of a hegemonic war is that it changes the system in accordance with the new international distribution of power; it brings about a reordering of the basic components of the system. Victory and defeat reestablish an unambiguous hierarchy of prestige congruent with the new distribution of power in the system. The war determines who will govern the international system and whose interests will be primarily served by the new international order. The war leads to a redistribution of territory among the states in the system, a new set of rules of the system, a revised international division of labor, etc. As a consequence of these changes, a relatively more stable international order and effective governance of the international system are created based on the new realities of the international distribution of the power. In short, hegemonic war have been functional and integral parts of the evolution and dynamics of international systems” (Gilpin, 1981: 198).

O trabalho possui como objetivo geral compreender como a dinâmica da guerra impeliu na transformação de Estados e estruturas do sistema internacional. Os objetivos específicos são: (i) Analisar como a guerra incentivou respostas de formação de novos Estados nacionais e o incremento de suas capacidades; (ii) Compreender o papel da guerra no estímulo ao desenvolvimento de inovações tecnológicas; (iii) Avaliar o modo como a guerra incentivou o ingresso da mulher no mercado de trabalho e outras conquistas sociais femininas; (iv) Analisar como a guerra impulsionou inovações na área da medicina e o desenvolvimento de novos métodos cirúrgicos; (iv) Avaliar como a guerra impactou a interação entre atores do sistema (polaridade) e (v) Identificar a relação da guerra com a organização social, política e econômica da estrutura.

Cada vez mais estudos sobre guerra e suas dinâmicas tem sido alvo de análise de diversos pesquisadores. Dentro desse contexto, o papel do conflito armado como fomentador de transformações na organização social e política e no desenvolvimento de unidades e estrutura é, certamente, uma questão plausível para debate. Todavia, além de suscitar interpretações de ordem moral, há reduzido conhecimento lúcido sobre o assunto, por isso o presente estudo busca contribuir para fomentar o debate sobre guerra, abrangendo um lado pouco explorado do conflito armado: como elemento incentivador de profundas transformações políticas, sociais e econômicas, à nível das unidades e da estrutura internacional. Procura-se colaborar ainda para avaliar vínculos entre guerra, política e dinâmica histórica de distintos Estados, interligando diferentes teorias de Relações Internacionais como forma de compreender o conflito armado e suas conseqüências.

O presente estudo busca responder a seguinte questão: como a dinâmica da guerra impeliu a transformação de unidades e estrutura? A hipótese do trabalho é de que a ameaça da guerra incentivou respostas adaptativas por parte dos Estados que, na busca por segurança/sobrevivência e na tentativa de evitar o conflito armado, frente a um sistema anárquico, acionaram mecanismos de reorganização e cooperação que foram importantes para seu autofortalecimento e a restauração das estruturas do sistema internacional.

O debate proposto pelo presente trabalho encontra-se dentro da discussão teórica apresentada pelos neorrealistas. O neorrealismo reivindica para si uma habilidade de explicar os conflitos e a distribuição do poder no sistema internacional, enfatizando a prevalência do poder político, a fim de melhor compreender o sistema internacional e suas dinâmicas. Para os neorrealistas, como Kenneth Waltz, o Estado é o agente unitário e age conforme as oportunidades e limitações do sistema, visando principalmente sua sobrevivência em um

sistema anárquico, onde o acúmulo de recursos é a única maneira de garantir sua segurança. Deste modo, as relações de poder entre os Estados são marcadas pelas capacidades relativas de ação nas esferas militar e econômica. Waltz argumenta a favor de aproximação sistêmica, e que os constrangimentos estruturais sobre as estratégias e motivações dos agentes neste sistema são a característica mais determinante para o entendimento do mesmo. A estrutura internacional exerce uma pressão que restringe e se impõe ao comportamento das unidades, superando os propósitos gerados internamente pelos Estados à medida que molda a interação entre as unidades. (Waltz, 1979)

Nesse sentido, de acordo com a perspectiva neorrealista, competição e conflito entre Estados decorrem diretamente da condição de anarquia. Os Estados devem prover sua própria segurança, mas ameaças, ou a impressão da existência de ameaças, são constantes em uma ordem anárquica, e, à medida que um Estado assegura sua proteção, diminui, automaticamente, a segurança dos demais. Assim, a fonte de conforto de um Estado passa a ser a fonte de preocupação de outro. Contudo, ao enfatizar como as estruturas afetam ações e resultados, o neorrealismo rejeita a suposição de que a cobiça por poder, inerente ao homem, constitui causa suficiente de guerra. Ele reconhece o elo causal entre a interação das unidades com resultados internacionais. Assim, em um domínio anárquico, um estado de guerra existe não só se todos os Estados ambicionarem poder, mas também se procurarem apenas garantir sua segurança. (Peres, 2009: 79)

Os Estados conduzem seus assuntos na sombra da violência. Como alguns estados podem a qualquer momento fazer o uso da força, todos os Estados devem estar preparados para fazê-lo, ou viverem à mercê de seus vizinhos militarmente mais vigorosos. Entre os estados, o estado de natureza é um estado de guerra. (Waltz, 1979: 102, tradução nossa) ²

A compreensão da relação entre guerra e mudança envolve essencialmente o estudo a respeito do conflito, da violência e da desordem na política. No desenvolvimento da análise acerca do conflito social à nível interno dos Estados destacam-se os trabalhos de Ralf Dahrendorf (1971), Max Weber (1994), Georg Simmel (1983), Norbert Elias (2005) e Lewis Coser (1996). Para avaliar a idéia de caos e ordem e a Teoria dos Sistemas Complexos, consideram-se os trabalhos de Fritjof Capra (1996) e Luis Antônio Palazzo (1996). Na reflexão sobre a violência na condição moderna e a análise sobre revoluções sociais, destacam-se as contribuições de Anthony Giddens (2006) e Marco Cepik (1999). Para

² No original: “*The state among states, it is often said, conducts its affairs in the brooding shadow of violence. Because some states may at any time use force, all states must be prepared to do so-or live at the mercy of their militarily more vigorous neighbors. Among states, the state of nature is a state of war.*” (Waltz, 1979: 102)

analisar o conflito, a violência e a desordem nas relações internacionais, o presente estudo apresenta as contribuições de Fred Halliday (1999) e Robert Keohane e Joseph Nye (2001). Como analisar a força como um instrumento racional de política, isto é, como integrar política e guerra, é o problema essencial que incide sobre a análise de Carl Von Clausewitz (1984) e será apresentada neste estudo como forma de compreender as especificidades da guerra e a lógica de que a política orienta seu entendimento e sua manifestação.

Ao analisar a relação da guerra com as unidades do sistema internacional, busca-se compreender qual foi o papel histórico do conflito armado e da competição internacional na conformação dos Estados nacionais, bem como, o modo pelo qual os fatores intervenientes, como exércitos nacionais e inovações institucionais, contribuíram para o desenvolvimento dos Estados modernos e de aspectos da segurança internacional. Nesse contexto, destacam-se as contribuições de Charles Tilly (1996), Anthony Giddens (2006), Robert Nisbet (1992) e Victoria Tin-bor Hui (2005). Seguindo essa linha de abordagem, no que se refere às unidades do sistema, as diferenciações históricas da construção dos Estados nacionais na Europa e na periferia do sistema internacional, são tratadas por Igor Castellano e José Miguel Martins (2014), Miguel Centeno (2002) e Mohammed Ayobb (1995). Para compreender a relação do conflito armado com o desenvolvimento de inovações tecnológicas, o estudo apresenta as contribuições de Érico Esteves Duarte (2013), José Miguel Martins (2008) e Regina Carvalho (2005). Busca-se ainda analisar a relação da guerra com o ingresso da mulher no mercado de trabalho, por meio das contribuições de Anne Cova (2008) e as inovações na área da medicina e enfermagem a partir do conflito armado com o aporte de José Maria Orlando (2016).

O debate sobre mudanças sistêmicas é escasso nas Relações Internacionais. Entretanto, alguns autores têm contribuído nos avanços para romper com esta lacuna, adicionando os impactos de grandes guerras no sistema internacional neste importante debate. O presente estudo se apropria principalmente das contribuições de Robert Gilpin (1981), Jacek Kugler e Abramo Fimo Kenneth Organski (2000) e Karen Rasler e William Thompson (2000) para abordar a maneira como o conflito armado e suas dinâmicas incentivam a transformação da polaridade do sistema. No que se refere ao papel da guerra na reconfiguração de forças que possibilitou a construção da ordem internacional, por meio da formação de instituições internacionais, as contribuições de Kalevi Holsti (2004) e John Ikenberry (2000) são valiosas ao trabalho. Ainda no que se refere à construção da ordem internacional, os trabalhos de Giovanni Arrighi (1996) e Karen Rasler e William Thompson

(2000) são analisados a fim de compreender como a guerra gera incentivos à reorganização econômica do sistema.

A pesquisa utiliza o método de abordagem dedutivo, o método de procedimento teórico-monográfico e técnica de pesquisa bibliográfica para avaliar na literatura os impactos da guerra no sistema internacional. O estudo se divide em três partes principais. O primeiro capítulo tem o propósito de servir como moldura analítica de todo trabalho, para isso pretende-se apresentar os critérios norteadores da análise contidos nos capítulos subsequentes. Nessa perspectiva, irá se desenvolver uma análise do conflito social, da violência e da desordem ao nível interno e externo dos Estados, a fim de compreender os incentivos a repostas de reorganização e complexificação destes. Mediante considerações de diversos teóricos, busca-se analisar a Teoria dos Sistemas Complexos, o papel das revoluções e do Estado-nação de Anthony Giddens e os aspectos políticos da guerra para entender sua relação com a mudança política.

No segundo capítulo procura-se analisar a guerra como dinâmica que impeliu à transformação das unidades. Primeiramente, busca-se descrever como o fenômeno da guerra incentivou o processo virtuoso de construção de Estado no caso europeu e incremento de suas capacidades devido à competição interestatal, além de suas diferenciações históricas com países do terceiro mundo. Posteriormente, busca-se descrever o papel da guerra como força fomentadora do desenvolvimento de inovações tecnológicas, visando o conflito armado e a segurança nacional, analisando a Revolução dos Assuntos Militares e questões relativas ao processo de digitalização. Por fim, busca-se compreender a relação da guerra com o ingresso da mulher no mercado de trabalho e suas outras conquistas sociais e com o desenvolvimento de novos métodos de procedimento médicos, identificando as experiências positivas da medicina militar e incorporando-as à medicina civil, em proveito da sociedade.

O terceiro capítulo tem como objetivo analisar a guerra como dinâmica que impeliu à transformação de estruturas sistêmicas, por meio de mudanças na polaridade e na ordem internacional. O propósito desse capítulo é compreender como a guerra interfere no surgimento de novas potências no sistema internacional e no declínio do poder de potências antigas, transformando a polaridade regional e global. Busca-se analisar também o papel do conflito armado na reconstrução da ordem internacional, mediante a formação de instituições internacionais, como Concerto Europeu, Liga das Nações e ONU, que buscam promover a cooperação entre os Estados e evitar um novo conflito armado e no incentivo à reorganização econômica do sistema, por meio de um estudo sobre os Ciclos Sistêmicos de Acumulação, de

Giovanni Arrighi. Procurar-se-á analisar as causas dos padrões encontrados à nível estatal e internacional. Por fim, será realizada uma conclusão dos resultados obtidos nas três seções do trabalho.

2. A GUERRA COMO FORÇA QUE INCENTIVOU MUDANÇAS SOCIAIS E POLITICAS

O primeiro capítulo tem como objetivo introduzir a análise da guerra e seus impactos sistêmicos apresentados nos capítulos seguintes. Para isso pretende-se apresentar uma análise do conflito social, da violência e da desordem ao nível interno dos Estados, avaliando o conflito como elemento das interações humanas, a Teoria dos Sistemas Complexos como forma de compreender a desordem e a auto-organização dos sistemas e o papel das revoluções e do Estados-nação, de Anthony Giddens, para avaliar a violência na modernidade. Para avaliar o conflito social, a violência e a desordem ao nível externo dos Estados o trabalho se baseia em considerações de diversos teórico das Relações Internacionais, que procuram mostrar que a interação entre as unidades do sistema é caracterizada por uma “interdependência complexa”. Por fim, pretende-se apresentar os aspectos políticos da guerra e sua relação com as mudanças sociais e políticas, mediante as contribuições do general prussiano Carl Von Clausewitz, para uma melhor compreensão do estudo proposto.

2.1. Conflito, desordem e violência ao nível interno dos Estados

Para introduzir o debate sobre o fenômeno da guerra e suas dinâmicas é importante analisar a literatura sobre o conflito social, a desordem e a violência a nível interno das unidades do sistema. A primeira sub-seção avaliará o conflito social como elemento das interações humanas, busca-se refletir como os conflitos, embora destrutivos e indesejáveis, são importantes na vida social e política e conduzem a mudanças que, paradoxalmente, irão auxiliar no autofortalecimento do Estados. A segunda sub-seção analisará a relação caos e ordem e a Teoria dos Sistemas Complexos, que trata de questões relativas a auto-organização de sistema afastados do equilíbrio. E, por fim, a terceira sub-seção irá discorrer a respeito da violência na condição moderna e o papel das revoluções, busca-se analisar a idéia de Estados-nação, presente no centro da teoria de Giddens, como instituição que reivindica o monopólio legítimo da violência dentro de um determinado território e o papel das revoluções como manifestação do conflito e da violência ligada à conquista de reformas sociais ou à transformação de regimes políticos ilegítimos.

2.1.1. O conflito social como elemento das interações humanas

Pode-se afirmar que a socialização humana se estrutura na relação dialética entre cooperação e conflito. Nesse sentido, considera-se relevante refletir de que modo a teoria sociológica moderna tem percebido a categoria do conflito social. Diferentemente de um grupo de pensadores que acreditam que o conflito pode e deve ser reprimido e eliminado, por se tratar de uma patologia social, alguns consideram qualquer grupo ou sistema social como constantemente marcados por conflitos. Karl Marx foi o primeiro teórico a desenvolver essa análise baseada na luta de classes sociais. Posteriormente, estudiosos como Ralf Dahrendorf, Alain Touraine, Georg Simmel, entre outros, aprimoraram a idéia e deram mais força para a categoria do conflito como parte da interação social e política entre atores do sistema. Para estes, são exatamente a desarmonia e o desequilíbrio que constituem a norma e, embora destrutivos, os conflitos incentivam à reorganização social. A permanência do conflito na vida política e social incentiva mudanças, que resultam, paradoxalmente, em melhoramentos. (Bobbio, 1998: 226).

Para Ralf Dahrendorf todas as sociedades produzem constantemente em si antagonismos que não nascem casualmente nem podem ser arbitrariamente eliminados (Dahrendorf, 1976: 239). Embora dentro de um quadro teórico diferente, à mesma conclusão chega Alain Touraine (1975) que sublinha a importância das tensões, dos desequilíbrios, dos contrastes entre os diversos níveis da realidade social. Ambos os autores acentuam a necessidade de analisar os conflitos no âmbito de sociedades históricas para melhor compreendê-los (Bobbio, 1998: 227).

Todo conflito resulta em elementos inelimináveis que podem conduzir à mudança, tanto na esfera social, quanto na esfera política, em nível internacional. As sociedades organizadas procuram diluir o conflito, canalizá-lo dentro de formas previsíveis, submetê-lo a regras precisas e explícitas e orientar para o sentido preestabelecido o potencial de mudança (Bobbio, 1998: 227). Assim, a ligação entre conflitos e mudanças, quer na esfera social quer na esfera política e internacional, é clara e indiscutível. Naturalmente, nem todas as mudanças decorrentes dos conflitos tem sinal positivo, indicam melhoramentos ou produzem maior adesão aos valores da liberdade, da justiça e da igualdade. Todavia, onde os conflitos são suprimidos, desviados ou não chegam a se processar ou diluir, a sociedade pode estagnar ou enfraquecer (Dahrendorf, 1971: 280). É diante de conflitos que os atores acionam mecanismos de adaptação e de reorganização importantes para seu autofortalecimento. (Bobbio, 1998: 228-9).

Nesse contexto, Max Weber considera uma relação social como luta quando as ações que se orientam pelo propósito de impor a própria vontade contra a resistência dos parceiros (Weber, 1994: 23). Assim, Weber não encara o conflito como resultado de um estado anormal ou fase histórica negativa, mas como uma ação cotidiana e histórica resultante da concorrência por bens escassos, entendidos em sua multiplicidade (Diniz Silva, 2011: 8). Deste modo, a única forma de se anular o conflito, é se anular a competição e as idéias “incompatíveis”, o confronto de concepções de mundo, dos modos contraditórios de organizar a mesma sociedade e da “expressão dos desacordos” (Diniz Silva, 2011: 5).

A contribuição de Weber é considerável à medida que despatologiza o conflito, mas é com Georg Simmel que temos uma teorização mais complexa do mesmo. Para ele o conflito se constitui numa “das mais vívidas interações” (Simmel, 1983). Simmel considera o conflito uma forma de “sociação”, comportamentos antagônicos são causadores do conflito e, este, por sua vez, se destina a solucionar os dualismos³. (Diniz Silva, 2011: 8). Tal qual Weber, a visão interacionista de Simmel está voltada para as ações e sentidos socialmente construídos pelos indivíduos, grupos, nações e estados. Considera que o conflito se compõe de elementos positivos e negativos inseparáveis. Unidade e divergência são duas faces do ser individual e coletivo. (Diniz Silva, 2011: 8). Numa perspectiva dialética Simmel chega a afirmar:

(...) a sociedade, para alcançar uma determinada configuração, precisa de quantidades proporcionais de harmonia e desarmonia, de associação e competição, de tendências favoráveis e desfavoráveis. (Moraes Filho, 1983: 124).

A positividade sociológica dos antagonismos, vista por Simmel, levou-o a defender o conflito também como fator de progresso, à medida que leva grupos ou nações a realizações consideráveis, nos embates de interesses conflituosos, que não se realizariam em condições de harmonia coletiva. (Diniz Silva, 2011: 9). Exemplo disso seriam as guerras entre os Estados modernos, pois, por mais destrutivas e caras que sejam, possibilitam a um grupo a superação de certas discrepâncias individuais internas, evidenciando as relações intergrupais com uma clareza e uma determinação impossíveis de serem percebidas de outro modo. (Moraes Filho, 1983: 154). À semelhança de Simmel, Elias questiona o tratamento sociológico tradicional dado ao tema do conflito. Analisando o conflito social, em sua forma de violência, tensões e equilíbrio de poder, como elemento estruturante das interações humanas. (Diniz Silva, 2011: 10).

³ Por esse “dualismo das relações humanas estende-se à globalidade das relações sociais; não resulta de uma disfunção econômica ou outra, mas forma, em todos os níveis, a própria trama da vida social”. (Birnbaum, 1995: 257).

Do ponto de vista dos grupos que se entrecruzam, podem por vezes considerar-se como expressões de uma animosidade pessoal, outras como consequência da ideologia de um ou de outro lado. E, no entanto, trata-se antes de conflitos e tensões estruturados. Em muitos casos, eles e os seus resultados constituem o centro de um processo de evolução. (Elias, 2005: 189).

Por fim, Lewis Coser (1996) conclui avaliando que as teorias sobre o conflito ou sobre a integração não deveriam se colocar como perspectivas rivais, mas como componentes antes parciais do que globais da teoria sociológica geral (Diniz Silva, 2011: 11), de modo que,

sempre que um analista depara com o que parece ser um equilíbrio temporário, deveria prestar atenção às forças conflitantes que levaram ao seu estabelecimento, antes que qualquer coisa. E, inversamente, o analista deveria ser sensível à probabilidade de que onde existe conflito e divisão haverá também forças pressionando para o estabelecimento de novos tipos de equilíbrio (Coser, 1996: 122).

2.1.2. Caos e ordem e a Teoria dos Sistemas Complexos

Compreende-se que os conceitos de ordem e caos não têm uma significação normativa. A ordem não pode ser vista unicamente como positiva, assim como o caos não pode ser visto unicamente como negativo. Entre os dois existe uma relação de mútua dependência. Deste modo, a sociedade só terá uma ordem plena instaurada quando o conjunto das idéias diretrizes, adotada pelos diferentes membros da coletividade, formar um todo coerente. Para Auguste Conte, a sociedade é caótica quando nela se justapõem modos de pensar contraditórios e idéias extraídas de filosofias incompatíveis (Aron, 1993: 88).

A biologia molecular, já há bastante tempo, usa de forma heurísticamente rica o conceito de caos (Eigen e Schuster; 1978) e de auto-organização, a partir da Teoria dos Sistemas Complexos. Composto por um conjunto de partes conectadas por alguma forma de inter-relação entre elas, um Sistema Complexo forma uma espécie de rede, com a habilidade de gerar novas qualidades no comportamento coletivo através da auto-organização. As propriedades emergentes de um sistema complexo decorrem em grande parte da relação não-linear entre as partes. Deste modo, uma comunidade, que mantém uma rede ativa de comunicação, pode corrigir seus erros, regular a si mesma e se auto-organizar. Em síntese, o padrão da vida é um padrão de rede capaz de auto-organização (Capra, 1996: 78).

Heinz von Foerster foi um importante catalisador para a idéia de auto-organização no final da década de 50. Ele introduziu a frase “ordem a partir do ruído” para indicar que um sistema auto-organizador não apenas “importa” ordem vinda de seu meio ambiente, mas também recolhe matéria rica em energia, integra-a em sua própria estrutura e, por meio disso, aumenta sua ordem interna. Os modelos mais elaborados da concepção de auto-regulação incluem a criação de novas estruturas e de novos modos de comportamento no processo auto-organizador, isto é, nos processos de desenvolvimento, de aprendizagem e de evolução. Uma característica comum desses modelos de auto-organização está no fato de que todos eles lidam com sistemas abertos que operam afastados do equilíbrio. Assim, a surpreendente emergência de novas estruturas e de novas formas de comportamento, que é a característica da auto-organização, ocorre apenas quando o sistema está distante do equilíbrio. Desde modo, a auto-organização é a emergência espontânea de novas estruturas e de novas formas de comportamento em sistemas abertos, afastados do equilíbrio (Capra, 1996: 79-80).

Ilya Prigogine desenvolveu a primeira e mais influente descrição detalhada de sistemas auto-organizadores, conhecido como teoria das “estruturas dissipativas”, analisando o modo em que os organismos vivos eram capazes de manter seus processos de vida em condições de não-equilíbrio. A partir disso, Prigogine introduziu uma mudança radical em sua concepção de uma estrutura dissipativa ao mostrar que, em sistemas abertos, a dissipação torna-se uma fonte de ordem, isto é, à medida que o sistema se afasta do equilíbrio, ele atinge um ponto crítico de instabilidade, no qual emerge o padrão ordenado. De acordo com esta teoria, as estruturas dissipativas não só se mantêm num estado estável afastado do equilíbrio como podem até mesmo evoluir. Ao experimentar novas instabilidades podem transformar-se em novas estruturas de complexidade crescente (Capra, 1996: 83).

Nesse contexto, um sistema complexo pode ser definido como sendo constituído por muitos componentes independentes que interagem localmente produzindo um comportamento geral organizado e bem definido, independente da estrutura interna dos componentes. É possível adotar a analogia dos sistemas complexos para a compreensão do sistema internacional, já que este consiste basicamente em muitos componentes independentes interagindo localmente (Palazzo, 1996) com relativa capacidade de se auto-organizar quando sua instabilidade se encontra afastada do equilíbrio.

A estrutura global consiste em uma rede de todos os relacionamentos locais, produzida e mantida pelo total de interações que ocorrem em um dado momento. Existe um relacionamento circular entre a estrutura global do sistema e as interações locais entre os

componentes, pois, por um lado, a estrutura global cria as condições iniciais para os componentes, por outro, as interações locais entre os componentes produzem a estrutura global. Uma vez que cada componente responde à estrutura global, então o comportamento de cada indivíduo é determinado pelo todo, ao mesmo tempo a resposta independente de todos os componentes em um dado momento produz o todo do momento seguinte (Palazzo, 1996). Assim, conclui-se que o caos pode incentivar a reorganização do sistema que, conseqüentemente, resultará na construção de uma nova ordem internacional e no autofortalecimento de seus atores.

Portanto, grandes eventos, como guerras e revoluções, podem ser analisados como grandes flutuações que surgem globalmente em sistemas que se encontram fora do equilíbrio em um estado crítico. A organização destes sistemas não depende da natureza precisa das coisas envolvidas, mas da maneira como as influências se propagam de um lugar a outro. Eventos raros surgem a partir do mero acúmulo e posterior liberação de estresse. Entretanto, é possível que a única causa geral para tais eventos seja a organização interna de um estado crítico, que faz com que eventos raros sejam não apenas possíveis, mas inevitáveis (Gleria, 2004).

Em suma, diferentes pesquisadores mostraram que muitos sistemas complexos se auto-organizam entre ordem (estabilidade) e caos (instabilidade), onde o tamanho dos eventos varia em sua força e intensidade. Na analogia com o sistema internacional, compreende-se que, os Estados vivem em um aparelho interconectado, no qual exercem diferentes tipos de relação com as outras partes, formando uma espécie de Sistema Complexo. Ademais, pode-se sugerir que tais sistemas possuam uma capacidade de auto-organização inerente e leis de regulação e distribuição de grandes eventos bem definida.

2.1.3. Reflexões sobre a violência na condição moderna e o papel das revoluções

A relação entre violência e modernidade é de tal modo plural que cabe aqui ressaltar seus principais aspectos, refletindo a partir de uma caracterização global da condição moderna. Os atos violentos podem ser interpretados como um meio coletivo de ação ou um recurso indispensável ao ator dominado, com a tendência de manifestar um estado de conflito irreprimível. Na representação política desta, o ator, por não dispor de outros meios, recorre a ela para defender seus interesses (Martuccelli, 1999: 158).

A esse respeito, Anthony Giddens (1985), soube muito bem assinalar toda a importância que a violência tem na dinâmica institucional própria da sociedade moderna. Sem se deixar perder em visões externas da normalização institucional e da subordinação (Foucault, 1994), ele sublinha fortemente a importância crescente dos meios específicos de vigilância e de controle pelo Estado ou outras organizações, como o controle da informação e supervisão social de práticas sociais. Assim como o peso da modernização, crescimento e monopolização dos meios de violência e de destruição por parte do Estado (Martuccelli, 1999: 163).

A violência, quando ela é controlada pelas autoridades estatais, torna-se uma sanção subjacente - em uma ameaça oculta, que pode lançar mão quando o controle é exercido principalmente através dos poderes disciplinares de vigilância (Giddens, 2006: 12, tradução nossa). ⁴

Deste modo, o Estado-nação aparece no centro da teoria de Giddens como a instituição capaz de integrar sociedades modernas. Estados, em geral, podem ser definidos principalmente como um quadro de coordenação dentro do qual as relações econômicas se desenvolvem (Giddens, 2006: 3). Mas Giddens qualifica sua definição,

o Estado nacional, que existe dentro de um conjunto de outros estados nacionais, é um complexo de formas institucionais de governo que têm um monopólio administrativo sobre um território com limites claramente definidos, tendo suas decisões sancionadas pelo direito e pelo controle direto dos meios de violência internos e externos (Giddens, 2006: 7, tradução nossa). ⁵

Assim, o Estados-nação reivindica o monopólio legítimo da violência dentro de um determinado território (Weber, 1999). A pacificação interna dos Estados, associada especialmente ao desenvolvimento das forças de polícia e ao que Foucault (1977) chama de um novo aparato disciplinar do poder, é um fenômeno essencialmente ligado à consolidação do controle dos meios de violência nas mãos do Estado (Giddens, 2006: 4).

Entretanto, durante muito tempo e em muitos países, a violência esteve estritamente ligada às revoluções sociais. No registro da modernidade, esse paradigma foi com frequência uma matriz no seio da qual a violência era dotada de uma significação também construtiva. A representação da violência como manifestação de um conflito social permite compreendê-la

⁴ No original: “*La violencia, cuando queda controlada por las autoridades del estado, se convierte en una sanción subyacente —en una amenaza oculta, de la que puede echarse mano— mientras que el control es sostenido principalmente a través del poder disciplinario de la surveillance*” (Giddens, 2006, p. 12).

⁵ No original: “*el estado nacional, el cual existe dentro de un conjunto de otros estados nacionales, es un complejo de formas institucionales de gobernación que tienen un monopolio administrativo sobre un territorio con límites perfectamente definidos, viniendo sancionadas sus decisiones por el derecho y por el control directo de los medios de violencia interna y externa*” (Giddens, 2006: 7).

como resíduo estrutural constante, não institucionalmente tratado, de um estado histórico de relações sociais de dominação (Martuccelli, 1999: 158-9). Nesse sentido, as revoluções⁶ são um exemplo de manifestação do conflito e da violência ligada à conquista de reformas sociais ou à transformação de regimes políticos ilegítimos. Para Eisenstadt (1979: 405) o conflito, a rebelião e a heterodoxia formam uma combinação singular de ingredientes presentes nas revoluções puras e, tanto nos sistemas tradicionais, quanto nos modernos, formam uma das diversas vias de mudança.

Explicar a dinâmica da mudança das relações sociais no mundo capitalista em particular, e na história mundial em geral, tem sido um grande desafio da modernidade. Nesse sentido, os desafios de construção de uma teoria sobre as revoluções modernas relacionam-se com o esforço de formulação de uma teoria mais geral sobre a mudança social e sobre o conflito social. De modo que, o fenômeno revolucionário é muito mais complexo e amplo do que as macro-transformações de caráter político-social, pois aponta para a conexão mais geral entre revolução e mudança social. Por sua vez, o significado epocal, de uma mudança total da sociedade, realizada num curto lapso de tempo através da mobilização violenta de grandes energias sociais, emergiu da própria experiência revolucionária moderna, consolidou-se com a Revolução Francesa e passou a ser identificado com uma definição "forte" de revolução. Sabe-se, porém, que as mudanças não são unilineares, que nenhuma mudança global da sociedade pode ser considerada irreversível, e que a transformação tem ritmo, intensidade e profundidade variáveis nos diversos eixos sociais (Cepik, 1999: 2-3). Nesse contexto, alguns autores consideram a revolução como um fenômeno tão intimamente associado à modernização que recusam-lhe existência para aquém e além da era moderna.

A revolução é característica da modernização. (...) Não é alguma coisa que pode ocorrer em qualquer tipo de sociedade em qualquer período de sua história. Não é uma categoria universal mas, ao contrário, um fenômeno historicamente limitado. Não ocorrerá em sociedades altamente tradicionais com níveis muito baixos de complexidade social e econômica. Não ocorrerá igualmente em sociedades altamente modernas. Como outras formas de violência e instabilidade, é mais provável que ocorra em sociedades que já experimentaram algum desenvolvimento econômico e social e onde os processos de modernização política e desenvolvimento político ficaram em atraso em relação aos processos de mudança social e econômica (Huntington, 1975: 274).

Por outro lado, Tilly (1973) apresenta uma teoria da revolução centralizada no Estado e nos processos políticos, destacando o papel autônomo das ações coletivas e das interações

⁶ Considera-se por revolução uma modalidade de mudança social, isto é, um macro-fenômeno de transformação global e violenta do sistema social e como um tipo de conflito, ou seja, um confronto estratégico entre vontades coletivas antagônicas (Cepik, 1999: 2-3).

estratégicas entre os sujeitos sociais no condicionamento das mudanças estruturais das sociedades. Para ele as revoluções não são processos difusos que brotam do seio de sociedades em mutação, e sim, conflitos definidos entre atores coletivos conformados em torno de questões centrais das alternativas de desenvolvimento das sociedades (Cepik, 1999: 27).

2.2. Conflito, desordem e violência ao nível externo dos Estados

Para compreender o conflito, a desordem e a violência ao nível externo dos Estados o presente estudo apresentará as contribuições dos teóricos da área de Relações Internacionais. Embora muitos autores considerem Marx precursor entre os que conferem “vitalidade” ao conflito, à medida que consideram qualquer grupo ou sistema social como constantemente marcados por conflitos, para Fred Halliday (1999), o marxismo não ocupa nas Relações Internacionais o mesmo espaço que em outras áreas em virtude da prevalência do economicismo no campo do marxismo, que acabou por “enfraquecer qualquer tentativa de explicar as questões políticas, ideológicas e de segurança” no âmbito internacional (Halliday, 1999: 64), e também pelo fato da disciplina de Relações Internacionais, desde o seu surgimento, na década de 20 do século passado, ter se desenvolvido especialmente em escolas inglesas e norte-americanas tradicionalmente refratárias ao pensamento marxista ⁷ (Amaral, 2007: 126).

Halliday (1999: 90) afirma que as funções básicas do moderno Estado Nacional são de ordem normativa – instituição de uma ordem jurídica, executiva – cumprimento da ordem, administração dos interesses coletivos e gestão dos bens públicos e jurisdicional – resolução de conflitos e interesses ocorrentes. Peter Wallenstein (2000: 2) defende que o Estado no âmbito interno deve fornecer segurança, deter o monopólio legal da violência e providenciar bens públicos para os habitantes do seu território. Nessa perspectiva, verifica-se que grande parte da literatura vê o caos e a violência nos Estados como decadência, quando pode ser considerada parte do processo de formação do Estado.

Para alguns autores, muitas vezes a formação de Estados é associada com a ordem política, enquanto a incapacidade de se desenvolver um poder estatal é associada à decadência política, o que é um pressuposto errôneo. Cohen et al (1981: 15) acreditam que a

⁷ Apesar de Halliday (1999) defender que o materialismo histórico pode apresentar uma alternativa teórica e empírica fundamental para se trabalhar dentro da disciplina de Relações Internacionais, principalmente no que diz respeito à Guerra Fria e o conceito de conflito intersistêmico (Amaral, 2007: 126).

violência deve ser vista como um processo de acumulação primitiva de poder central pelo Estado, empregada para se estabelecer o monopólio legítimo do uso da força, não indica nem ordem, nem decadência e sim a criação de uma nova forma de organização política, ou seja, é um processo pelo qual todos Estados passam. Sendo assim, Cohen et al (1981: 902) observam que vários Estados classificados como novos, estão passando por um processo similar de acumulação de poder, pelo qual a Europa passou, caracterizado pela violência. É importante salientar que os Estados considerados mais violentos são também os Estados relativamente mais recentes, pois são produtos do processo de descolonização e ainda estão passando pelo processo de acumulação central do poder pelo Estado (Boege et al, 2009: 19).

As contribuições teóricas sobre conflito e cooperação, por sua vez, se originam da área acadêmica de Relações Internacionais, com base nas análises de teóricos como Robert Keohane, Joseph Nye e Fred Halliday. Keohane e Nye (1977) constataram que o sistema internacional é caracterizado por uma “interdependência complexa” entre as nações devido ao aprofundamento da globalização. Segundo Keohane e Nye (2001) interdependência é uma situação caracterizada por efeitos recíprocos entre países ou entre atores de diferentes países, ou simplesmente o estado de mútua dependência. Para Halliday (1999) não existe história de uma nação puramente nacional, todas as nações ou Estados sofreram ou sofrem impacto da esfera internacional. Nesse sentido, as interações entre o nacional e o internacional sempre existiram, desde a antiguidade até os tempos mais atuais.

Keohane e Nye (2001) defendem que a interdependência entre os países é complexa, em virtude das relações serem interestatais⁸, transgovernamentais⁹ e transnacionais¹⁰, da agenda internacional envolver uma gama de temas diferentes e pelo fato do poder não se restringir mais apenas ao militar. Embora a força militar continue sendo o instrumento supremo da política internacional, as mudanças em seu custo e sua eficácia tornam a política internacional atual mais complexa, incentivando os Estados a acionarem mecanismos de cooperação visando sua segurança ou até mesmo sobrevivência frente à ameaça da guerra. Ao analisar a história mundial, pode-se observar o surgimento de instituições cooperativas ao

⁸ Relações interestatais são as relações entre os Estados Nacionais.

⁹ Relações transgovernamentais são as interações de subunidades governamentais através das fronteiras nacionais e, portanto, nessa categoria estariam as relações internacionais entre prefeituras e províncias (Keohane e Nye, 2001).

¹⁰ Relações transnacionais são interações regulares por meio das fronteiras nacionais em que ao menos um ator é um agente não-estatal ou não opera em nome de um governo nacional ou uma organização intergovernamental (Risse-Kappen, 1995).

final de grandes guerras, como o Congresso de Viena¹¹ em 1815, a Liga das Nações¹² em 1919 e a ONU¹³ depois de 1945, quando um novo tratado elaborado pelos Estados estabelece uma nova estrutura de ordem (Nye, 2009: 15). Nesse sentido, teóricos como Keohane e Nye destacam o papel das instituições não só na construção da cooperação e da ordem internacional, mas como atores relevantes no sistema, assemelhando-se aos Estados nacionais.

Nesse contexto, os conceitos de cooperação e instituições internacionais emergem com notável destaque nas Relações Internacionais. Ao analisar como a mudança, provenientes de conflitos armados, gera processos cooperativos e resulta na criação de instituições internacionais, Robert Keohane defende que a noção de cooperação internacional, aplicada a um ambiente internacional anárquico, é a que melhor se adapta à discussão sobre as instituições internacionais e seu papel na promoção da ordem. Keohane afirma que a cooperação é um empreendimento altamente político, uma vez que padrões de comportamento devem ser alterados para que se consiga atingir a cooperação, tendo em vista que no sistema internacional, cada Estado busca seus interesses específicos. Para isso, é necessário ajustes políticos e adaptação de interesses mediante processos de negociação política entre os atores internacionais. (Keohane, 1984: 53-54).

Os interesses compartilhados criariam uma demanda por instituições internacionais, vistas como uma saída possível para se minimizar os efeitos negativos da disputa de poder, derivada da anarquia e do conflito, e criar uma alternativa viável para induzir padrões de comportamento que poderiam conduzir a um comportamento mais cooperativo. Dessa maneira, pode-se afirmar que as instituições seriam instrumentos capazes de atuar como catalisadores da cooperação internacional, instrumentos necessários para reduzir os prejuízos desordenados e maximizar os ganhos na medida do possível (Keohane, 2005).

Ainda no que se refere à processos cooperativos, Giovanni Arrighi acrescenta que a expansão financeira da economia capitalista mundial foi reflexo da expansão comercial precedente, caracterizavam-se fundamentalmente por relações cooperativas entre os centros de acumulação desse enclave e suas cidades-estados. Ao mesmo tempo, o autor cita que o capitalismo nasceu como um sistema social histórico devido à intensificação da concorrência

¹¹ Cujo objetivo era reorganizar as fronteiras européias, alteradas pelas guerras napoleônicas, e restaurar a ordem absolutista do Antigo Regime.

¹² Criada ao final da Primeira Guerra Mundial, quando as potências vencedoras se reuniram para negociar um acordo de paz.

¹³ Que emergiu após o fim da Segunda Guerra Mundial e busca promover, ainda hoje, a cooperação internacional.

intercapitalista e a luta pelo poder dentro das cidades-estados e entre elas. Nesse sentido, a concorrência entre os Estados pelo capital foi essencial em todas as fases de expansão financeira, em especial, na formação dos blocos e organizações governamentais e empresariais que conduzirão a economia capitalista em suas fases de expansão (Arrighi, 1996).

Seguindo esta linha, Robert Gilpin afirma que embora os progressos tecnológicos e o jogo das forças de mercado representem motivos suficientes para ampliar a integração da economia mundial, as políticas de apoio dos Estados mais fortes e as relações de cooperação entre eles constituem a base política necessária para uma economia mundial estável e unificada (Gilpin, 1981: 26). O argumento central do autor é de que a lei do crescimento desigual entre os estados determina uma redistribuição do poder e, em última instância, o conflito hegemônico e um novo sistema internacional. Gilpin acredita que existem ciclos de guerra e paz que se alteram ao longo dos anos e afirma que a guerra ainda se apresenta como o mecanismo básico de mudança sistemática na política mundial (Gilpin, 1981).

Nesse contexto, a competição interestatal, a rivalidade e a ameaça incentivam os Estados a buscarem sua segurança e incrementarem suas capacidades frente a um sistema anárquico. Entretanto, a busca desenfreada do Estado por recursos e poder, em contraponto à sensação de perigo e insegurança, pode servir como uma forma de compreender a guerra no sistema internacional, pois leva à maior insegurança dos outros Estados e maiores chances de ocorrer um conflito armado. Entretanto, são os processos de complexificação e adaptação que levam os Estados a transformações importantes à nível social e político, impactantes em seu autofortalecimento.

2.3. Guerra, política e mudança nas Relações Internacionais.

Kenneth Waltz considera a violência e o uso da força elementos ligados à interação entre os Estados, tornando-se necessário, portanto, o uso da análise política para compreender o fundamento da guerra no sistema. A definição da guerra se enriquece cada vez mais de novas dimensões com o progresso da civilização, se aproximando da natureza complexa do fenômeno. Nessa seção, seu conceito será analisado como a manifestação da violência nas interações políticas, seguindo a linha desenvolvida pelo general prussiano Carl Von Clausewitz. Para este autor, a guerra é definida como a continuação da política por outros meios, um duelo em grande escala, onde cada um dos opoentes tenta, através da força

física, obrigar o outro a fazer a sua vontade. Seu propósito imediato é derrubar o adversário de modo a torná-lo incapaz de oferecer qualquer outra resistência (Clausewitz, 1984: 75).

A força (...) constitui assim o meio de que dispõe a guerra. Impor a nossa vontade ao inimigo constitui o seu propósito. Para atingir aquele propósito devemos fazer com que o inimigo fique impotente e este é, em tese, o verdadeiro intuito da guerra (Clausewitz, 1984: 75)

Dentro deste contexto, Clausewitz propõe mais que um tratado sobre a guerra, para ele é um novo meio de fazer política, formando-se uma relação de subordinação. A guerra se apresenta, portanto, como a essência do Estado, isto é, o meio pelo qual e para o qual os Estados existem. Assim, a condução da guerra dependerá sempre da política de um Estado e de sua vontade, pois todo objetivo militar é necessariamente político. O momento preliminar da concepção ou elaboração de um plano de guerra já faz a arte da guerra aproximar-se a política, vista como a inteligência do Estado personificado (Clausewitz, 1984: 608). Assim, propósito político é a razão inicial para a guerra e determinará tanto o propósito militar a ser atingido como a intensidade do esforço que ele exige.

Um propósito militar que tenha a mesma dimensão que o propósito político será reduzido proporcionalmente se este último for reduzido. Isto será ainda mais verdadeiro porque o propósito político terá a sua predominância aumentada. Assim, ocorre que, sem que haja qualquer incoerência, as guerras podem ter todos os graus de importância e de intensidade, indo de uma guerra de extermínio até uma simples observação armada (Clausewitz, 1984: 83).

Deste modo, a lógica da guerra esta contida na política como elemento articulador em vista de uma situação específica na realidade e na história, pois o conflito que está presente na guerra também pode ser lido na política. A realidade específica da confrontação que envolve dois oponentes determinará a natureza de seu conflito, tanto na política, quanto na guerra. Além disso, outros elementos estão ligados à lógica da guerra e da política. Assim como na guerra, nas relações políticas entre os Estados, não há um desfecho de caráter definitivo, pois a busca pelo poder não se encerra na ação política. O caráter político, que molda a lógica orientadora do fenômeno guerreiro, compartilha elementos como os meios, objetivos, fins e estratégias e está ligado a todos aspectos psicológicos, da probabilidade, do acaso, das incertezas, assim como demais elementos físicos e morais, que se manifestam na guerra (Passos, 2005: 45).

(...) A guerra, portanto, é um ato de política. Fosse ela uma manifestação de violência livre, completa, absoluta, a guerra usurparia independentemente de sua vontade o lugar da política no momento em que a política fora traduzida à cena, isso então excluiria a política e (a guerra) comandaria a partir das leis de sua própria natureza (Clausewitz, 1984: 87).

O objetivo político e o tipo de transformação da realidade que se almeja determinam o grau de esforço dos oponentes na manifestação do fenômeno bélico e, logo, o caráter da guerra. Quanto mais a política se tornar ambígua e vigorosa, o mesmo acontecerá com a guerra, e isso pode levá-la à sua forma absoluta (Clausewitz, 1984: 606). Portanto, se a guerra é parte da existência social do homem e consiste em um choque entre interesses maiores, sua única diferenciação com a política está no derramamento de sangue. A política é, em síntese, a matriz na qual a guerra se desenvolve (Clausewitz, 1984: 149).

Nesse contexto, sabe-se que grandes guerras do sistema internacional, moldadas por objetivos políticos dos Estados, acarretaram profundas implicações para os vencedores, para os perdedores, e até mesmo para os neutros, influenciando na transformação do sistema internacional. Estados acionam mecanismos de adaptação, de auto-regulação, de cooperação e de mudança, frente ao conflito, importantes na reorganização do sistema e no seu autofortalecimento. As guerras e seus constrangimentos impeliram a estabilização do poder, da economia, de desvio das tendências anti-sociais ou ainda de promoção do desenvolvimento da ciência e da tecnologia (Bobbio, 1998: 574).

Assim, cabe analisar mais de perto essas transformações que a dinâmica da guerra provoca tanto à nível das unidades, quanto à nível da estrutura. No decorrer da história mundial pode-se observar que o conflito armado se apresentou muitas vezes como força que incentivou respostas de formação de novos Estados nacionais e o incremento de suas capacidades devido à competição interestatal, que estimulou o desenvolvimento de inovações tecnológicas direcionadas ao conflito armado e a segurança nacional, com a Revolução dos Assuntos Militares e o processo de digitalização, que incentivou o ingresso da mulher no mercado de trabalho e outras conquistas sociais femininas e impulsionou a inovação da medicina e criação de novos métodos cirúrgicos. Além de auxiliar na transformação da polaridade do sistema, possibilitando que potências declinem ou acendam como pólos do poder globais ou lideranças regionais e na reconfiguração de forças que possibilitou a construção da ordem internacional, por meio da formação de instituições internacionais, como o Concerto Europeu, a Liga das Nações e a ONU, e de incentivos à reorganização econômica do sistema.

2.4. Conclusão do capítulo

A era moderna tem se desenvolvido com base nos ideais conquistados por meio de conflitos entre Estados na esfera internacional. Por isso, o desenvolvimento de uma análise a respeito do conflito social, da violência e da desordem ao nível interno e externo dos Estados é essencial para introduzir o debate sobre guerra e compreender seus incentivos a repostas de reorganização e complexificação dos Estados e a transformação do sistema internacional. Nesse sentido, buscou-se mostrar nesse breve estudo, como sistemas complexos afastados do equilíbrio buscam sua auto-organização, por meio da Teoria dos Sistemas Complexos, e analisar a idéia de Estados-nação, presente no centro da teoria de Giddens, como instituição que reivindica o monopólio legítimo da violência dentro de um determinado território, além de avaliar o papel das revoluções na condição moderna. Procurou-se ainda discorrer a respeito da força como um instrumento racional da política, problema essencial que incide sobre a análise de Clausewitz, como forma de compreender as especificidades da guerra e a lógica de que a política orienta seu entendimento e sua manifestação.

3. A GUERRA COMO DINÂMICA QUE IMPELIU À TRANSFORMAÇÃO DAS UNIDADES

No segundo capítulo procura-se avaliar como a dinâmica da guerra incentivou a transformação das unidades do sistema. Para isso, busca-se analisar como o conflito armado e seus constrangimentos incentivaram respostas de formação de novos Estados e incremento de suas capacidades devido à competição interestatal. Apresentando juntamente as diferenciações históricas dos Estados Europeus com os Estados de Terceiro Mundo e o papel dos exércitos nacionais que transcendem a idéia exclusivamente militar e assumem funções sociais. Busca-se analisar também a forma como a guerra incentivou o desenvolvimento de inovações tecnológicas, visando primeiramente à segurança dos atores do sistema, abordando a Revolução dos Assuntos Militares e o processo de digitalização. Por fim, cabe analisar a relação da guerra com o ingresso da mulher no mercado de trabalho e outras conquistas sociais femininas e com os avanços na área da medicina que surgiram no campo de batalha e foram exportadas e incorporadas ao cotidiano da medicina civil.

3.1. A guerra como dinâmica que incentivou respostas de formação de novos Estados e incremento de suas capacidades

O conflito armado está intimamente ligado à base da criação histórica dos Estados. Para Robert Nisbet, não se conhece exemplo histórico, de um Estado político, que não tenha sido fundado em circunstâncias de guerra, que não tenha suas raízes em regimes de guerra característicos. O Estado é, na verdade, pouco mais do que a institucionalização dos instrumentos de fazer a guerra. Desta forma, sua primeira função, em toda parte, é exclusivamente militar e seus primeiros dirigentes costumam ser generais e senhores da guerra (Nisbet 1982: 103). Na Europa, a guerra fez parte de um processo político de desconstrução de Estados e incentivo a movimentos de construção de sociedades e instituições políticas, além de auxiliar na definição de fronteiras. No decorrer da história, as guerras, levadas ao extremo pelos monarcas absolutistas, configuraram o mapa da Europa e tiveram efeitos duradouros (Giddens, 2006: 7).

Charles Tilly se preocupa em analisar grandes processos de transformação histórica, especialmente em relação à formação dos estados nacionais europeus.¹⁴ Tilly faz uma

¹⁴ As mudanças geográficas no sistema internacional após grandes conflitos bélicos foram profundas. Sobretudo a Europa teve seu mapa remodelado diversas vezes com o desmembramento de estruturas e surgimento de

avaliação profunda sobre o modo como os Estados podem responder à guerra e conclui que a montagem de uma poderosa máquina de guerra foi fundamental nesse processo de construção de Estados na Europa. Nesse sentido, questões relativas à segurança e esforço de fazer a guerra explicam o rumo do processo histórico. As organizações pré-estatais diferenciavam-se pela quantidade de capital e pela capacidade de coerção sobre seus territórios. Enquanto uns usavam seu vasto capital para comprar os serviços de defesa militar, outros se caracterizavam pela intensa coerção e extração do capital escasso de sua população. Os governos sem máquina militar potente padeceram diante de seus rivais. Nesses termos, Tilly destaca,

os governantes mais poderosos em alguma região particular estabeleceram os termos da guerra para todos; os governantes menos importantes tiveram de optar entre aceitar as exigências dos vizinhos poderosos ou tentar esforços excepcionais no sentido de se prepararem para a guerra (Tilly, 1996: 111).

Deste modo, o esforço de guerra e a consequente necessidade de aumento da arrecadação para a formação de grandes exércitos seriam, também, os fatores responsáveis pelo surgimento do governo direto, ou da centralização administrativa, com a adoção de um sistema tributário único, sem interferência dos poderes locais. Além disso, as concessões para a extração de recursos, com o objetivo de dar conta do desafio imposto pelo imperativo dos padrões bélicos vigentes, explica também o surgimento de várias instituições modernas (Tilly, 1996). Assim, “a estrutura do estado emergia sobretudo sob a forma de produto secundário dos esforços dos governantes para adquirir os meios de guerra” (Tilly, 1996: 61).

Nesse sentido, ao analisar a sociologia histórica do poder militar, Giddens (2006) enfatiza que a organização militar auxiliou não só o surgimento de modernos Estados-nação, mas também seu desenvolvimento. Para ele, várias características do desenvolvimento dos Estados europeus foram moldadas de forma decisiva pelos resultados contingentes de confrontos militares e guerras, ele se refere especialmente a mudanças tecnológicas em armamentos, ao surgimento da disciplina militar moderna e o desenvolvimento da força naval. Dessa forma, ao discutir o impacto das guerras do século XX sobre a organização industrial, ele enfatiza que, em padrões generalizados de mudança, o impacto tem sido tão profundo que é pouco aquém do absurdo interpretar tais padrões de organização sem referência sistemática a ele (Giddens, 2006: 7).

novos Estados. Entre as maiores modificações destaca-se a redefinição do mapa europeu do pós Primeira Guerra Mundial. O Tratado de Versalhes (1919) esculpiu novos países do que restou dos antigos impérios pré-guerra. Os Impérios Centrais Alemão, Austro-Húngaro e Otomano entraram em colapso e passaram por processos de fragmentação, bem como o Império Russo, que também perdeu uma parte do território. Finlândia, Estônia, Letônia, Lituânia, Polônia, Tchecoslováquia, Iugoslávia e Hungria, entre outros Estados, surgem da desintegração dos grandes Impérios no pós-guerra.

Victoria Hui (2005), por sua vez, argumenta que a guerra passou a ter efeito positivo para a construção dos Estados somente após a adoção de reformas fortalecedoras pelos governantes europeus no século XVIII¹⁵. Os resultados da guerra não só definem as unidades que permanecerão no sistema, como os esforços para realiza-la catalisam o processo de evolução institucional. Compelidos pela pressão da guerra, os governantes que desejam sobreviver, recuperar perdas ou estabelecer hegemonia deverão buscar incrementar suas capacidades militares e econômicas. Assim, ao mobilizar os meios da guerra, os governantes criam não só exércitos maiores, mas também uma rede de organizações administrativas, fiscais e de policiamento (Hui, 2005: 38).

Cada uma das formas de se usar a violência produziu formas características de organização. Fazer a guerra criou exércitos, marinhas e serviços de suporte. Fazer o Estado produziu instrumentos duráveis de vigilância e controle dentro do território. A proteção contou com meio de se organizar a guerra e fazer o estado, mas também adicionou ao seu aparelho mecanismos pelos quais os governados exigiam a proteção de seus protetores, notadamente através das cortes e das assembleias representativas. Extração criou estruturas fiscais e contábeis. Portanto, a organização e a implementação da violência são responsáveis por muitas das características estruturais dos estados europeus (Tilly, 1985: 181, tradução nossa).

¹⁶

Nesse contexto, cabe ressaltar a posição central dos exércitos nacionais para a construção de Estados. Importa consignar que a construção de um exército nacional transcende a noção de aparato coercitivo, estendendo-se a outras funções de relevância central. Mesmo o primeiro exército da história, o de Roma, já possuía claras funções não militares, como a construção de obras públicas, a construção e a manutenção de estradas, a estruturação da infraestrutura e do sistema de comunicações. Como demonstra Giddens (2001) e Tilly (1996), a instituição da conscrição militar, isto é, o serviço militar obrigatório, constituiu-se em uma importante interface através da qual o Estado estabelecia, mediante direitos políticos e sociais, a redistribuição e a sociedade controlava o Estado através do cidadão soldado (Castellano, 2012: 58).

Assim, os exércitos nacionais modernos preservaram e ampliaram as funções do exército romano, principalmente através da educação militar em todos os níveis. Além da alfabetização, capacidade de gestão e controle de estoques, domínio das comunicações e

¹⁵ Como recrutamento meritocrático para o quadro estatal, imposição de impostos diretos e indiretos e adoção de exércitos nacionais através de alistamento universal

¹⁶ No original: *“Each of the major uses of violence produced characteristic forms of organization. War making yielded armies, navies, and supporting services. State making produced durable instruments of surveillance and control within the territory. Protection relied on the organization of war making and state making but added to it an apparatus by which the protected called forth the protection that was their due, notably through courts and representative assemblies. Extraction brought fiscal and accounting structures into being. The organization and deployment of violence themselves account for much of the characteristic structure of European states”* (Tilly, 1985: 181).

capacidade de realizar cálculos complexos, os exércitos nacionais deram uma dimensão ainda maior à educação militar, mais do que formar oficiais e suboficiais para lidar com sistemas de armas, passou a exigir um vasto corpo técnico de nível não superior especializados em conhecimentos de mecânica, eletricidade, hidráulica, entre outros (Castellano, 2012: 58-59). Deste modo, os exércitos nacionais levam a população conhecimento e consciência de nacionalismo, assim como noções de ordem, hierarquia e racionalidade, contribuindo para a formação de futuros trabalhadores da economia nacional. Onde o Estado é fraco, a organização militar é uma das poucas burocracias estruturadas, o que por vezes acaba abrindo espaço para atividades adicionais e até interferências na política.

Além disso, com o tempo, os exércitos trouxeram um novo e importante elemento junto ao exército permanente: a assimilação de novas tecnologias de produção, a partir do canhão de bronze e da pólvora granulada. Assim, os exércitos emergem nem tanto como um meio de travar a guerra, mas como instrumento de assimilação, entronização e disseminação de conhecimento sob a forma de tecnologia. Essas novas capacidades produtivas melhoram a posição do país na competição internacional. (Castellano; Martins, 2014) O caso clássico é o dos Estados Unidos, que venceram a competição internacional não por lutar, mas por deixar que outros o fizessem por eles, enquanto se dedicavam à preparação militar e à multiplicação de capacidades produtivas (Arrighi 1996: 38). Em outros Estados, como a Nigéria, o papel cumprido pela definição militar e pelo exército nacional foi de relevância central na construção da burocracia estatal, assim como o investimento em todo país dos ganhos obtidos a partir de seus recursos resultaram na construção de uma logística nacional e mesma de uma economia nacional (Castellano, 2012: 58).

Entretanto, em relação à formação dos Estados, a guerra possui papel diferente na Europa e no Terceiro Mundo. No Terceiro Mundo o conflito armado tem sido menos significativo e, em geral, não fortaleceu o Estado, como ocorre no caso europeu. O sistema de Estados africanos, por exemplo, já surgiu sob os auspícios do sistema ONU, que condenam explicitamente a guerra como instrumento de política externa e garantem a estabilidade da soberania territorial (Herbst, 1989: 683–85). A soberania dos Estados do Terceiro Mundo foi criada pelos Estados Europeus e protegida por instituições internacionais e depois transferida para esses países (Jackson, 1990: 02). Assim, o impacto da guerra nessas regiões não tem sido virtuoso e a interação competitiva dos países periféricos não possuiu a mesma intensidade dos Estados Europeus na formação estatal e desenvolvimento de capacidades. Na medida em que o reconhecimento internacional passou a auxiliar na

garantia da existência jurídica dos Estados, o fenômeno da guerra perdeu força como mecanismo selecionador das unidades no sistema. Tal situação se torna evidente no caso africano, pois o estabelecimento das fronteiras foi resultado mais da cooperação do que da competição interestatal (Castellano, 2011: 29). Deste modo, a delimitação territorial dos Estados na África reflete menos a real capacidade estatal dos governos, do que arranjos institucionais estabelecidos artificialmente por acordos internacionais. Assim, nenhum estado africano foi dividido como resultado da guerra interna (Jackson; Rosberg, 1982: 01).

De maneira semelhante, a relação entre guerra e construção institucional não foi positiva nos processos de construção de Estados na América Latina e na África Subsaariana. Em ambos os continentes a delimitação artificial das fronteiras herdadas dos respectivos períodos coloniais e a fraqueza das autoridades centrais tornaram as ameaças internas mais proeminentes que as externas. (Ayoob, 1991; Herbest, 2000; Centeno, 2002). Deste modo, os frágeis governos não se sentiam tão pressionados pela competitividade estrutural a desenvolverem instituições voltadas a mobilização dos recursos domésticos e a sustentação do poder no âmbito internacional como forma de sobrevivência. Além disso, a possibilidade de captação de empréstimos externos e de venda de *commodities* no mercado internacional se constituiu como alternativas menos custosas do que a taxação doméstica de mobilização de capital e permitiram aos Estados a luxúria de não entrar em conflito com os setores sociais que possuíam os recursos (Centeno, 2002: 28). Logo, o resíduo institucional em termos de capacidade estatal deixados pelas guerras foi baixo nesses Estados e o mecanismo de barganha entre governantes e governados no processo de desenvolvimento institucional foi menor em função da mais baixa dependência do governo em relação aos recursos da sociedade (Brancher, 2014: 57). Como resultado dessa dinâmica, surgem Estados menos dispostos e capazes de penetrar em áreas distantes dos centros urbanos e com um menor consenso social acerca da legitimidade dos seus governantes de fato (Tilly, 1992; Herbest, 2000; Centeno, 2002).

Nesse sentido, o processo de construção de Estados é função de um percurso histórico específico de cada país e das condições contextuais e estruturais do sistema internacional que constroem as trajetórias possíveis de consolidação das unidades. Assim, as unidades do sistema internacional se transformam a partir de respostas dos agentes às pressões estruturais e contextuais de cada época (Brancher, 2014: 59). Nessas condições, as características da estrutura (competição, polaridade e balanceamento de poder) interagem e influenciam mutuamente as características das unidades. Estas buscam, a todo o momento, a capacidade

estatal necessária para constituir o próprio estado (suas bases fiscais, administrativas e coercitivas), fazer a guerra e prover proteção (Brancher, 2014: 40).

3.2. A guerra como força que incentivou o desenvolvimento de inovações tecnológicas

Com o tempo, o ofício da guerra tornou-se crescentemente industrial. O desenvolvimento tecnológico ligado à necessidade impostas pela competição da guerra sempre estiveram na origem das transformações tecnológicas que levaram ao desenvolvimento das capacidades produtivas (Castellano; Martins, 2014). O desenvolvimento de inovações tecnológicas destinadas a um melhor desempenho na guerra é visível desde os exércitos permanentes do absolutismo, que influenciados pelas necessidades militares desenvolveram novas tecnologias de produção, como canhão de bronze e pólvora granulada, mas há exemplos históricos bem anteriores (McNeill, 1984: 24–62).

A partir do século XVIII, as forças armadas contribuíram para o desenvolvimento de processos fabris a partir dos quais a Revolução Industrial desenvolver-se-ia, com base na replicação de procedimentos e critérios de rotinização militares, em termos de soluções de ordem em escala: o rigor quase mecânico da formatura e obediência combatentes (Buchanan, 1994). Nesse sentido, a indústria aprendeu quase tudo – com exceção da inovação – com a guerra: organização e disciplina; padronização de bens complexos; coordenação de transporte e suprimentos; e separação entre pessoal de linha de ação e pessoal de comando na divisão do trabalho (Gilpin, 1983). Desse modo, a tecnologia de processo militar teve efeito positivo para o desenvolvimento econômico civil. A produção em massa – que já era presente em produtos relativamente simples, como os caixões, os sinos e as fechaduras – teve, como primeiro grande mercado, os mecanismos sofisticados das forças armadas, como no caso dos fuzis. Assim, a consolidação da industrialização também foi resultado da padronização mundial, sem a qual o comércio transoceânico seria impossível (Pomeranz; Topik, 2000).

Assim, a inovação tecnológica industrial se especializou e evoluiu em decorrência de outras demandas sociais e na busca da exploração de outros mercados, na maioria das vezes por meio da guerra.¹⁷ É dentro dessa questão que o debate sobre tecnologia e guerra se encontra, fortemente influenciado pelas necessidades das Forças Armadas norte-americanas na Segunda Guerra Mundial, quando, por razões políticas, se deu, possivelmente, o ápice das

¹⁷ Inovações tecnológicas no campo militar prescindem dos mesmos requisitos sociais de qualquer outro ramo da atividade humana: necessidade, recursos e ethos sociais favoráveis (Duarte, 2013, 20).

relações entre cientistas, militares e empresários (Galison, 2005). Com o tempo, o entendimento da tecnologia pelos militares passou a ser afetado. Da mesma forma que a inovação tecnológica é o motor da competição entre empresas, passou-se a considerar a inovação tecnológica como a chave para a vantagem combatente¹⁸ (Proença Junior, 2011). Desse modo, países cujas políticas de defesa incluem a conscrição militar e o treinamento extensivo de reservas tendem a estar mais bem preparados para a guerra atualmente, assim como os que desenvolvem novas armas estratégicas.¹⁹

Com o tempo, o uso de tecnologias de informação e comunicação, com vistas a melhores condições de desempenho nas operações de guerra, mecanismos de precisão de bombas e mísseis, desenvolvimento de armas a serem utilizadas sob comando remoto e aplicação de novas técnicas de blindagem aos veículos de combate foram se aperfeiçoando. O modelo de pensamento estratégico conhecido como “análise de sistemas” foi pioneiramente desenvolvido pela *RAND Corporation*, uma instituição militar de pesquisa e desenvolvimento fundada no final da década de 40, e que se tornou o modelo para numerosos “tanques de pensamento” especializados na elaboração de planos de ação política e na avaliação e venda de tecnologias. A análise de sistemas desenvolveu-se com bases em pesquisas operacionais, análise e planejamento de operações militares durante a Segunda Guerra Mundial. Essas atividades incluíam a coordenação do uso do radar com operações antiaéreas, os mesmíssimos problemas que também iniciaram o desenvolvimento teórico da cibernética (Capra, 1996: 73). Mas o verdadeiro avanço revolucionário surgiu posteriormente, e estava estreitamente ligado ao desenvolvimento de uma nova geração de poderosos computadores (Capra, 1996: 76).²⁰

Assim, progressivamente o vetor militar foi-se adaptando aos avanços tecnológicos e evoluindo com eles. O radar foi o primeiro aparelho tecnológico prático para a utilização da radiação na faixa das microondas. Ele foi desenvolvido ainda na Segunda Guerra Mundial a

¹⁸ Alguns países, como Canadá e Estados Unidos viram no conflito armado uma grande oportunidade de ganho econômico. Os canadenses fabricaram mais de 16 mil aviões e 3 milhões de navios, durante a Segunda Guerra. Em curto espaço de tempo, ampliou sua indústria de metais pesados, principalmente nas áreas de alumínio, níquel, cromo e aço. Os Estados Unidos, considerado o maior beneficiário, dobrou o seu parque industrial nos anos de guerra.

¹⁹ À exemplo estão as inovações tecnológicas nas forças armadas norte-americanas na Guerra Fria que foram responsáveis pela Terceira Revolução Industrial no país.

²⁰ O primeiro computador surgiu durante a Segunda Guerra Mundial. O ABC de 1939 foi um experimento científico civil. Foi também em 1939 que foi desenvolvido pela Bell Telephone, sob encomenda do U.S. Army, o computador Bell Lab Model III. Acredita-se que ele tenha sido o primeiro computador digital. Em 1941 foi a vez dos alemães com o Z3, que tinha como principal função a codificação de mensagem. Os ingleses entram em cena em 1943, com o Colossus, que teria sido utilizado para decifrar o código da máquina de criptografia Enigma. Inicialmente os computadores não eram capazes de armazenar seus programas, apenas cumprir instruções (Martins, 2008, 26).

partir da emissão de microondas eletromagnéticas, também denominadas magnétron, visando à navegação aérea e identificação de aeronaves inimigas da época. Dessa forma, seu eco indicava exatamente o objeto, a localização, a aproximação, a direção, entre outros detalhes sobre os meios de locomoção do inimigo. O estudo dos radares proporcionou um maior esclarecimento sobre as microondas. E, embora essa tecnologia tenha sido desenvolvida visando um conflito armado, o estudo desenvolvido, utilizando as microondas, gerou aplicações que estão presentes atualmente na sociedade (Carvalho, 2005).

Além do radar, que usa a radiação para detectar características de objetos distantes, as microondas são bastante usadas nas comunicações, pois atravessam facilmente a atmosfera terrestre, com menor interferência do que ondas mais longas e permitem uma maior largura de banda do que o restante do espectro eletromagnético. Assim, são responsáveis por redes Locais sem-fio, tais como Bluetooth e WIFI, alguns serviços de acesso à Internet, TV a cabo e redes de telefonia celular móvel. A partir das microondas também se desenvolveu o maser, dispositivo semelhante ao laser, que trabalha na faixa das micro-ondas em lugar da luz visível. Além disso, o efeito do aquecimento das moléculas de água pela radiação de microondas é usado hoje em dia em fornos domésticos e industriais e na medicina para tratamentos de tumores e inflamações (Carvalho, 2005).

Anos mais tarde, a Guerra do Golfo foi considerada o marco do início de uma nova era na forma de fazer a guerra, muito em virtude do mais revolucionário sistema de armas utilizado em 1991 foi o “*stealth fighter*” F-117A, equipado com bombas de guiamento laser, cuja característica principal era a sua invisibilidade aos radares, fruto dos materiais e das linhas aerodinâmicas em que foi construído, absorvendo as emissões radar em vez de refleti-las. Assim, em poucas horas, as forças aéreas da coligação conseguiram neutralizar as defesas aéreas do adversário. Além disso, outras inovações da Guerra do Golfo também merecem destaque. Uma das maiores novidades do campo de batalha foram os mísseis de cruzeiro *Tomahawk*, que lançados de navios conseguiam através de um sofisticado sistema de navegação e atingir alvos a centenas de quilômetros de distância. (Boot, 2006: 320-321).

O GPS²¹ é outra tecnologia que foi desenvolvida, inicialmente, para fins bélicos, durante a Guerra do Golfo, em 1991, e posteriormente se inseriu em diversos campos da atividade humana. Foi com base no GPS que os Estados Unidos orientaram suas movimentações aéreas, seus bombardeios e lançamentos de mísseis. O GPS tem como função básica identificar a localização de um receptor, na superfície terrestre, que capte

²¹ “*Global Positioning System*” ou Sistema de Posicionamento Global

sinais emitidos por satélites. Trata-se de um sistema de posicionamento geográfico que nos dá as coordenadas de determinado lugar do planeta. Este aparelho é considerado, atualmente, a mais moderna e precisa forma de determinação da posição de um ponto na superfície terrestre e usado para auxiliar diferentes profissionais e a população em geral que necessita deste recurso para se localizar em terra, céu e mar.

A digitalização²² é outra tecnologia que foi desenvolvida primeiramente para fins militares e posteriormente se adaptou às necessidades da sociedade. Este processo dinamiza extraordinariamente o acesso e a disseminação de informações, com a visualização instantânea das imagens de documentos. No plano militar, a digitalização diz respeito à confluência entre o radar, o infravermelho, o laser e as microondas de alta potência e é geralmente denominada como Revolução dos Assuntos Militares (RMA²³)²⁴ (Martins, 2008: 7). Na guerra, a digitalização diz respeito, entre outras coisas, a uma nova configuração da cadeia de Comando, Controle, Comunicações, Computadores, Inteligência, Vigilância, Reconhecimento e Suprimentos (C4ISR+sup²⁵). Isso corre devido ao processo simultâneo pelo computador de dados oriundos do radar, infravermelho, laser e sensores eletro-óticos. Um processo revolucionário de confluência de tecnologias que transformou as técnicas de ISR e criou condições para o controle da batalha em tempo real pelo computador. A digitalização incide sobre a guiagem de projéteis, mísseis, aeronaves não tripuladas e ogivas de mísseis balísticos, sobre a simulação computadorizada de design, teste, prototipação, fabricação, etc e sobre novos equipamentos estratégicos, devido ao surgimento das microondas de alta potência e dos lasers que podem danificar de forma permanente a infraestrutura de produção (siderúrgicas, hidrelétricas e redes de comunicações civis). Assim, digitalização tem impactos nas três esferas do planejamento de guerra: a estratégia, as operações e a tática (Martins, 2008: 8).

Deste modo, a idéia de se falar em uma revolução apenas em ‘assuntos militares’ perde a dimensão dos impactos da digitalização no setor econômico e social, que se reflete na confluência tecnológica entre a televisão, o telefone e o computador, que passam a operar em uma mesma rede e em uma base de hardware comum. A mudança trouxe novos padrões para a produção material, para a administração de empresas e para a alavancagem e financiamento

²² Processo de conversão de imagens ou documentos físicos e sinal analógico em formato digital

²³ Do inglês ‘*Revolution in Military Affairs*’

²⁴ A Revolução dos Assuntos Militares favoreceu inicialmente o ataque e implicou em novas políticas de defesa ofensivas, como a atuação do exército norte-americano na Guerra do Golfo de 1991 (Ávila, 2012: 31).

²⁵ ‘*C4ISR+Sup – Command, Control, Computers, Communications, Intelligence, Surveillance, Reconnaissance mais supplies*’.

de negócios. Desta forma, o termo digitalização surge de modo a englobar outras esferas de ação e dominar o caráter sistêmico dessa mudança em curso (Martins, 2008: 7).

3.3. O ingresso da mulher no mercado de trabalho e outros avanços sociais a partir da guerra

No que se refere às mudanças na estrutura interna dos Estados, provocada pela guerra, cabe ressaltar também as modificações no mercado de trabalho com o ingresso das mulheres. Atualmente, quando estudamos história das grandes guerras, é inquestionável a importância do papel da mulher em tempos de guerras e revoluções. Apesar de a marinha e o exército contarem com o trabalho feminino desde 1900, atuando principalmente como enfermeiras, foi apenas durante a Primeira Guerra Mundial que as mulheres começaram a ser consideradas de fato como força de trabalho. Considerando a falta de contingente, a marinha passou por cima de toda a burocracia que proibia o alistamento de mulheres e nessa ocasião, cerca de 13 mil mulheres foram incorporadas. Cerca de 30 mil mulheres participaram da guerra mesmo antes de terem direito a voto. Na Segunda Guerra a participação da mulher foi expandida e ainda mais marcante e se deu em muitos setores. Mas o papel mais marcante da mulher durante as grandes guerras foi de fato o trabalho como operárias nas indústrias bélicas e também na organização social.

Se por um lado a guerra trouxe para as mulheres a agonia, o desespero e a dor incurável de perder seus filhos e maridos, a necessidade de sobreviver à guerra trouxe à mulher a liberdade de sair de suas casas e se dedicar a algo mais do que as tarefas domésticas. Com a ida de quase todos os homens para a guerra, a força de trabalho dos países se extingue e com as fábricas vazias e a economia indo ao colapso absoluto. Dessa forma, a maneira encontrada por parte dessas mulheres para resolver a situação foi ingressar no mercado de trabalho, movimentando a engrenagem política econômica da época. Nesse período, surgiram vários pôsteres e propagandas enaltecendo o trabalho feminino, talvez o mais conhecido no seja o criado pelo artista gráfico Howard Miller, que se chama “*We Can Do IT!*”²⁶, que foi criado para ser publicado em várias revistas femininas durante a Segunda Guerra Mundial. A eliminação do estatuto jurídico de inferioridade das mulheres, na vida civil, ocorreu em grande parte dos países, somente depois da Primeira Guerra Mundial. Entre 1914 e 1939, as mulheres adquiriram o direito ao voto em mais 28 países. Nesse sentido, a

²⁶ No português: Nós podemos fazer isso!

guerra também teria gerado indiretamente um efeito benéfico para os direitos das mulheres, que, graças ao seu ativismo, conseguiram obter varias conquistas políticas e sociais. No que diz respeito à cidadania política, destaca-se a obtenção do direito de voto feminino em muitos países no pós-guerra ²⁷ (Cova, 2008).

Nesse sentido, a Primeira Guerra Mundial foi um período marcado por grandes oportunidades para as mulheres, nomeadamente no mercado do trabalho, enaltecendo as consequências positivas do conflito. A guerra exigiu a mobilização das mulheres e lhe permitiu acesso à esfera pública, essa mobilização sem precedentes levou a mão-de-obra feminina a patamares de 40% durante o conflito na França e a 38% na Inglaterra e foi incentivada, principalmente, pelas várias associações feministas, em diversos países, que pediam, na sua larga maioria, a mobilização das mulheres, sendo este um dever e querendo mostrar as suas capacidades. Ademais, em 1914, data do início da guerra, foi também fundado o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (CNMP), que tinha por objetivo federar o máximo de associações de mulheres afim de "coordenar, dirigir e estimular todos os esforços tendentes à dignificação e à emancipação das mulheres" durante a Grande Guerra. Foram organizadas diversas associações de auxílio aos combatentes, federadas pelo CNMP, entre elas, a Cruzada das Mulheres Portuguesas (CMP) e o Núcleo Feminino de Assistência Infantil da Junta Patriótica do Norte foram as que tiveram mais impacto e maior longevidade. A CMP conseguiu fundar várias comissões e subcomissões, espalhadas pelo país e pelas colônias. Apoiou ainda a criação de Escolas de Enfermagem, incrementando um corpo de enfermeiras de guerra, e fundou três hospitais de retaguarda (Cova, 2008).

Deste modo, justificar a presença da mulher na força de trabalho por motivos meramente econômicos significa reduzir as conquistas por elas alcançadas. Essa inserção se deve, igualmente, ao movimento de emancipação feminina e à busca de direitos iguais na sociedade (Sanchez, 2003: 01). Durante todo o período de conflito, uma ideia que dominou os movimentos feministas nos países beligerantes foi a de que as mulheres adquiriram hábitos de iniciativa e responsabilidade tais que seria desperdício não os aproveitar findo o conflito. Devido ao seu empenho, foram recompensadas com o ingresso definitivo no mercado do trabalho nos anos que se seguiram, tiveram acesso à novas profissões e a uma maior igualdade profissional.

²⁷ Como Dinamarca (1915), Países Baixos (1917), Alemanha (1918), Áustria (1918), Reino Unido (1918), Polónia (1918), Rússia (1918), Bélgica (1919) e Suécia (1919). No entanto, outros países, incluindo Portugal, concederam o voto para todas as mulheres somente depois da Segunda Guerra Mundial, Portugal (1974), Suíça (1971), Grécia (1952), Itália (1945) e França (1944) (Cova, 2008).

Além disso, uma série de instrumentos jurídicos no âmbito internacional e nacional foram adotados pelos países visando à promoção dos direitos das mulheres e à igualdade de gênero, principalmente após a Segunda Guerra Mundial. Além da Carta das Nações Unidas, de 1945, cuja principal diretriz de atuação é encorajar o respeito aos Direitos Humanos e liberdades fundamentais para todos e todas, independentemente de raça, sexo, língua ou religião. Outras várias convenções, pactos e acordos internacionais ganharam destaque no pós-Segunda Guerra, como a Convenção Interamericana Sobre a Concessão dos Direitos Civis à Mulher, em 1948²⁸, a Convenção Para Eliminar Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher – CEDAW, em 1979²⁹, a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, em 1994³⁰, e as Conferências Mundiais sobre a Mulher, na Cidade do México em 1975³¹, em Copenhague em 1980³², em Nairóbi em 1985³³ e em Beijing em 1995³⁴. Nesse sentido, a primeira década do século XX é considerada a *Belle Époque* dos feminismos, que se tornaram movimentos transnacionais. É nesse período que surgem diversas estruturas de defesa e proteção das mulheres. De fato, 1914 poderia ter sido o ano das mulheres, se não fosse o ano da Primeira Guerra Mundial.

²⁸ Que outorga às mulheres os mesmos direitos civis de que gozam os homens. Promulgada no Brasil por meio do decreto no. 31.643, de 23 de outubro de 1952.

²⁹ Disponha aos países participantes o compromisso do combate a todas as formas de discriminação para com as mulheres. No Brasil, o Congresso Nacional ratificou a assinatura, com algumas reservas, em 1984, suspensas em 1994.

³⁰ A Convenção de Belém do Pará, como ficou conhecida, foi ratificada pelo Brasil em 1995. Define como violência contra a mulher “qualquer ato ou conduta baseada nas diferenças de gênero que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública quanto na esfera privada. Aponta, ainda, direitos a serem respeitados e garantidos, deveres dos Estados participantes e define os mecanismos interamericanos de proteção (p.37).

³¹ Reconheceu o direito da mulher à integridade física, inclusive a autonomia de decisão sobre o próprio corpo e o direito à maternidade opcional. No contexto da Conferência, foi declarado o período de 1975-1985 como “Década da Mulher”. Cabe ressaltar que 1975 foi declarado como o Ano Internacional da Mulher.

³² Foram avaliados os progressos ocorridos nos primeiros cinco anos da Década da Mulher e o Instituto Internacional de Pesquisa e Treinamento para a Promoção da Mulher (INSTRAW) é convertido em um organismo autônomo no sistema das Nações Unidas.

³³ Foram aprovadas as estratégias de aplicação voltadas para o progresso da mulher. O Fundo de Contribuições Voluntárias das Nações Unidas para a Década da Mulher é convertido no Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM).

³⁴ Com o subtítulo “Igualdade, Desenvolvimento e Paz”, a conferência instaurou uma nova agenda de reivindicações: além dos direitos, as mulheres reclamam a efetivação dos compromissos políticos assumidos pelos governos em conferências internacionais através do estabelecimento de políticas públicas. Foi assinada por 184 países a Plataforma de Ação Mundial da Conferência, propondo objetivos estratégicos e medidas para a superação da situação de descriminalização, marginalização e opressão vivenciadas pelas mulheres (p.38). Sobre a interrupção voluntária da gravidez, o Plano de Ação aprovado recomendou a revisão das leis punitivas.

3.4. A relação da guerra com o desenvolvimento de inovações na área da medicina

O conflito armado também impulsionou o desenvolvimento de novos métodos de procedimento na área da medicina a partir da guerra. Durante o conflito armado, o sangramento agudo e intenso dos soldados resultante dos ferimentos de batalha era, na maioria das vezes, fatal. Esse cenário repetiu-se incontáveis vezes ao longo dos séculos. Entretanto, a humanidade não chegou ao século XXI deixando-se levar pelo conformismo e pela passividade, enfrentou-se e superou-se todos desafios e perigos que ameaçaram a sobrevivência de sua espécie. A constante batalha pela sobrevivência impunha a necessidade de questionar, a todo momento, convenções e dogmas, e buscar meios de romper com a estagnação e se superar. Esse trabalho foi desenvolvido pelos médicos de guerra, que graças as suas mentes inquietas e brilhantes, sempre prontas para questionar o óbvio, salvaram e salvam até hoje diversas vidas, com os avanços da medicina (Orlando, 2016: 15).

Tentativas de estancar a hemorragia, amarrar ou costurar vasos sanguíneos e, finalmente, buscar maneiras de repor o sangue perdido foram se sucedendo ao longo da história das guerras. Na esteira de tentativas, chegou-se ao desenvolvimento de diferentes tipos de infusões, até que se tornou rotina a administração dos soros diretamente na veia, estágio alcançado na Primeira Grande Guerra. Mas foi na Guerra Civil Espanhola (1936-1939) que a transfusão de sangue entre seres humanos atingiu maior grau de aprimoramento e se firmou definitivamente como método terapêutico realmente eficaz. A próxima etapa dessa luta se deu na Guerra da Coreia, no início da década de 1950. A morte impunha-se como resultado da chamada insuficiência renal aguda, exigindo um novo triunfo de inventividade dos médicos militares: a diálise, isto é, técnica artificial para substituir os rins. Posteriormente, a insuficiência respiratória foi vencida, com a ajuda estratégica da tecnologia, por um aparelho especialmente desenvolvido e capaz de garantir suporte respiratório, por meio de uma respiração mecânica artificial, enquanto os pulmões eram tratados e se restabeleciam gradualmente (Orlando, 2016: 16-17).

Nesse sentido, situações agudas e graves, como o choque hemorrágico, insuficiência renal aguda e insuficiência respiratória aguda, bem como o relato de como haviam sido enfrentadas e superadas, apareciam sempre atreladas aos conflitos bélicos. Tratava-se, inquestionavelmente, de condições clínicas emblemáticas da atuação prática do médico que lidava com emergências e formavam parte altamente representativa da medicina intensiva. A evolução da medicina se deu, sobretudo, pelo resultado do trabalho árduo, da criatividade, da persistência e da pressão constante a exigir soluções urgentes por parte dos médicos militares

ou mesmo dos civis a serviço das forças armadas dos países envolvidos no conflito (Orlando, 2016: 19).

Entretanto, a influência das guerras e da própria medicina militar não está restrita ao campo de atuação direta da UTI, ela é muito mais abrangente. Cirurgia geral e vascular, ortopedia, neurocirurgia, plástica, bucomaxilofacial, infectologia e psiquiatria despontam igualmente como áreas médicas que há muito vêm se beneficiando das lições aprendidas nos campos de batalha (Orlando, 2016: 19). A Guerra Civil Americana (1861-1865) conhecida como a mais sangrenta da história americana também foi uma das mais influentes na medicina do campo de batalha. Os cirurgiões de guerra aprenderam rápido, e muitas de suas soluções foram inovadoras e tiveram um impacto duradouro. A amputação para salvar vidas, a anestesia geral inalatória, o fechamento de ferimentos no peito, a reconstrução facial e o sistema de ambulâncias foram alguns dos avanços. A amputação salvou mais vidas do que qualquer outro procedimento médico em tempo de guerra, transformando instantaneamente lesões complexas em mais simples. A técnica de campo de batalha foi descoberta por cirurgiões de guerra que, diante do vasto número de feridos, descobriram que a melhor maneira de evitar infecções mortais era simplesmente cortar a área infectada. Os cirurgiões de guerra tornaram-se os mais experientes da história e, mesmo em condições deploráveis, as técnicas inventadas, incluindo o corte mais longe possível do coração e nunca cortando articulações, se tornaram um padrão.

Com a dificuldade para garantir anestésias suficientes durante a guerra, em 1963, os médicos resolveram o dilema inventando um inalador de 2,5 polegadas, o primeiro de seu tipo. O clorofórmio era gotejado através de um círculo perfurado no lado sobre uma esponja, quando o paciente inalava através de tubos, os vapores eram misturados com o ar. Na Guerra Civil Americana também foi descoberto um novo procedimento para tratamento das feridas no peito. A pressão negativa no tórax era criada pela abertura na cavidade do peito e o efeito levava frequentemente os pulmões a entrarem em colapso, levando a vítima à asfixia. Foi descoberto então que se fechasse a ferida com suturas de metal, seguida por uma alternância de camadas de algodão ou de ligaduras e algumas gotas de colódio³⁵, ele poderia criar um selo hermético. As taxas de sobrevivência quadruplicaram, e a inovação logo se tornou o tratamento padrão.

³⁵ Espécie de solução viscosa que forma uma película adesiva quando seca

Durante o conflito armado, o uso das pílulas de mercúrio para tratar a pneumonia levava a gangrena, que rapidamente se espalhava da boca para outras partes do rosto, levando a remoção das mesmas e deixando rosto desfigurado. Em 1862, cirurgiões começaram a usar aparelhos dentários e faciais para preencher o osso que faltava até que os mesmos recuperassem sua forma, dando início a uma nova técnica, a cirurgia plástica, que conhecemos hoje. Na Guerra Civil Americana também surgiu o modelo de ambulância de paramédicos, através da implementação de um sistema brilhante para evacuar e cuidar dos feridos, tornando-se o modelo para o sistema de ambulância de primeiros socorros que conhecemos hoje.

Fica, assim, evidenciada a ampla interface de sobreposição existente entre medicina militar e civil, uma zona comum onde interagem, mesclando-se e complementando-se de forma profunda e inquestionável. Os exemplos da relação entre guerra e medicina são inúmeros e expressivos e, ao final dos conflitos, as experiências positivas extraídas poderão ser exportadas e muitas delas, de fato, incorporadas ao cotidiano da medicina civil, em proveito da sociedade (Orlando, 2016: 20).

3.5. Conclusão do capítulo

Observou-se nesse capítulo a guerra como dinâmica que impeliu importantes transformações no âmbito das unidades. Historicamente, o conflito armado incentivou mudanças políticas, tecnológicas e sociais dos Estados, que, ao buscarem meios de vencer a guerra, se adaptaram, reorganizaram e ampliaram suas capacidades e tarefas para além dos meios militares. Inovações que surgiram objetivando a segurança nacional se ampliaram para outras esferas integrando-se ao dia-a-dia da população. Neste capítulo, analisou-se a relação da guerra com a definição de novas fronteiras nacionais, com o incremento de inovações tecnológicas, com o ingresso da mulher no mercado de trabalho e outras conquistas femininas no âmbito social e com o desenvolvimento de inovações na área da medicina. Avaliou-se que tais avanços e conquistas estiveram relacionadas a demandas recorrentes de grandes guerras ou de sua simples ameaça e se estenderam até a atualidade ampliando sua esfera de ação e amplitude.

4. A GUERRA COMO DINÂMICA QUE IMPELIU À TRANSFORMAÇÃO DE ESTRUTURAS SISTÊMICAS

O terceiro capítulo tem como objetivo analisar a guerra como dinâmica que impeliu à transformação de estruturas sistêmicas. Para isso, busca-se compreender como a guerra influenciou nas mudanças de polaridade e auxiliou na reconstrução de ordens internacionais renovadas e cooperativas. Primeiramente, busca-se analisar a relação entre guerra, competição interestatal e redistribuição de recursos, como forma de compreender a transformação da polaridade global. Posteriormente, busca-se avaliar a guerra como força incentivadora da reconfiguração de forças e de iniciativas cooperativas que possibilitaram a construção ordens internacionais, por meio da formação de instituições internacionais, como Concerto Europeu, Liga das Nações e ONU, e o incentivo à reorganização econômica do sistema, com base na Teoria dos Ciclos Sistêmicos de Acumulação, de Giovanni Arrighi.

4.1. A guerra como força que impulsionou a transformação da polaridade internacional

A maneira de diferenciar sistemas de política internacional entre si é através da distribuição de capacidades no seu interior, ou seja, pelo número de grandes potências e não pelo número total de unidades (Waltz, 1979: 129-132). Alterações nas características das unidades do sistema produzem uma mudança significativa na política internacional quando são capazes de provocar uma redistribuição das capacidades no sistema, qual seja, uma alteração estrutural. Apesar das capacidades serem um atributo dos agentes, o modo como elas estão distribuídas é uma característica sistêmica denominada polaridade³⁶ e está constantemente sujeita a variação. Mudanças de polaridade alteram não só as expectativas sobre como as unidades do sistema irão se comportar, mas também os processos que a interação delas produzirá (Waltz, 1986: 92).

Em *War and change in world politics* (1981), Robert Gilpin introduz de maneira inédita processos de mudança em diferentes níveis de análise sistêmicos. Ele destaca três tipos: i) *Systems Change*: uma mudança na natureza dos atores ou diversas entidades que compõem um sistema internacional, ii) *Systemic Change*: uma mudança na forma de controle

³⁶ Em outras palavras, polaridade se refere à distribuição de poder no sistema internacional. O princípio da polaridade só é válido em relação a um e ao mesmo propósito, no qual os interesses ofensivos e defensivos anulem-se totalmente. Numa batalha, cada lado visa a vitória. Este é um exemplo de uma verdadeira polaridade, uma vez que a vitória de um lado exclui a vitória do outro. Quando, entretanto, estivermos lidando com duas coisas diferentes, que tenham uma relação comum externa a elas, a polaridade não estará nas *coisas*, mas sim na relação existente entre elas (Causewitz, 1984: 85-86).

ou governança de um sistema internacional e iii) *Interaction Change*: uma mudança na forma de interações regulares ou processos entre as entidades em um sistema internacional em curso (Gilpin, 1981: 39-40). Assim, uma mudança na estrutura interna dos Estados, por meio do desenvolvimento de tecnologia e instituições, impacta diretamente no sistema internacional. A competição interestatal incentiva os Estados a aumentarem seu poder relativo, aumentando as chances de uma guerra ocorrer e modificando a polaridade do sistema. A guerra, portanto, gera forte impacto nas relações internacionais e modifica profundamente a interação entre os atores e a projeção de poder no sistema. Assim, a competição interestatal e a polaridade afetam a guerra e são afetados por ela.

Deste modo, o conflito armado surge como principal mecanismo utilizado por parte dos Estados para atingir uma redistribuição de recursos (Waltz, 1959: 224) e, assim, definir quem ascende ou declina como potência no sistema internacional. A guerra é capaz tanto de destruir pólos regionais e globais, como ocorreu com a Alemanha na Europa após a Primeira Guerra Mundial e com o Paraguai após a Guerra do Paraguai, quanto de ascender pólos no sistema, como ocorreu com a França após a Guerra da Criméia e com os EUA após a Segunda Guerra Mundial, em ambos os casos, os Estados saíram da guerra vitoriosos e com status de superpotência.

Ao avaliar a transição de poder, Kugler e Organski (2000) argumentaram que a guerra é travada entre o próximo desafiante da paridade do poder, insatisfeito com a ordem internacional estabelecida, e a nação dominante. O desafiante insatisfeito desenvolve um crescimento mais rápido do que a nação dominante, ameaçado ultrapassá-la em questão de poder. À medida que as tensões entre os dois principais candidatos aumentam e cada ator percebe suas diferenças de poder, o conflito seria desencadeado como um desafio (Kugler; Organski, 2000: 182). Esta descoberta é de grande interesse para o argumento de transição não só porque se relaciona o momento do início da guerra a uma ultrapassagem poder, mas porque implica uma relação diferente entre a satisfação, poder e conflitos do que foi originalmente postulada. O trabalho de Thompson, assim como o de Organski, confirma que a paridade está associada com a guerra, e indica que grandes conflitos começaram antes da “ultrapassagem” da nação desafiante pela nação dominante (Kugler; Organski, 2000: 183).

Uma análise consistente sobre o início da transição hegemônica pode explicar por que o país mais poderoso perdeu a guerra. De acordo com Kugler e Organski, os principais aliados permaneceram fieis às suas alianças nas grandes guerras. Assim como os aliados satisfeitos com a ordem internacional são esperados para apoiar a nação dominante, que

incluem as grandes potências do sistema internacional, as alianças do país desafiante, insatisfeitas com a ordem internacional estabelecida, são esperadas para apoiá-lo também. No início do conflito, o resultado final se inclina na direção do poder dominante, porque as grandes potências são capazes de ajudá-lo a superar o adversário, contudo, a inclusão de alianças permite transição de poder para a conta da nação desafiante após a ultrapassagem. Deste modo, o resultado da guerra pode ser rastreado pelo desempenho dos aliados, que podem ter sido subestimados no decorrer da história mundial (Kugler; Organski, 2000: 184). Nesse contexto, cabe observar também a forma como os Estados podem modificar a polaridade do sistema no simples fato de buscarem aliados estratégicos que contribuem de alguma forma para atender seus interesses ou atingir seus objetivos (Ávila, 2013: 31).

Quando as forças que defendem o status quo são mais fortes que os Estados insatisfeitos, o sistema permanecerá estável. Essa situação é mais provável de ocorrer imediatamente após uma guerra entre grandes potências que tem fim com uma vitória decisiva para uma das partes. Em contraste, quando o Estado revisionista ou a coalizão é mais forte que as forças defensoras do status quo, o sistema eventualmente passa por transformações. E as instituições servem para estender a rede da ordem estabelecida, criada pelo Estado ou coalizão mais forte (Schweller; Priess, 1997: 13, tradução nossa).³⁷

Nesse sentido, a conformação do sistema internacional, isto é, o grau de satisfação das potências, depende da distribuição de poder e da influência de Estados em uma região ou a nível internacional e vai influenciar suas decisões de ingressar em um conflito armado com o objetivo de modificar a ordem internacional e os pólos estabelecidos. Assim, a polaridade define o tipo de comportamento dos Estados e a maior ou menor estabilidade do sistema internacional dependendo de sua estrutura de base. Dentro do raciocínio de Mearsheimer (2001), questões de poder e hegemonia conduzem o sistema a quatro estruturas no cenário internacional, em relação à polaridade: a bipolaridade, a multipolaridade desbalanceada e multipolaridade balanceada e a unipolaridade. Essas estruturas se diferenciam em termos de tendência para o conflito e influência nas relações entre as potências. Assim como a guerra influencia na distribuição de poder do sistema internacional, transformando a polaridade da estrutura, o conflito hegemônico leva à criação de um novo sistema internacional, segundo Gilpin (1981). A distribuição de território, o padrão das relações econômicas e da hierarquia do prestígio irá refletir em uma nova distribuição de poder no sistema. Logo, a conclusão de

³⁷ No original: “*When the forces defending the status quo are stronger than the dissatisfied state(s), the system is stable. This situation is most likely in the immediate aftermath of a major-power war that ends in decisive victory for one party. In contrast, when the revisionist state or coalition is stronger than the forces defending the status quo, the system eventually undergoes transformation. Institutions serve to widen the web of the established order as created by the most powerful, status quo state or coalition*” (Schweller; Priess, 1997: 13).

uma guerra hegemônica é o começo de um novo ciclo de crescimento, expansão e eventual declínio (Gilpin, 1981: 210).

Historicamente, a guerra hegemônica tem sido o mecanismo básico de mudança sistêmica na política mundial. O conflito hegemônico, decorrente de um desequilíbrio crescente entre a carga de manter um império ou posição hegemônica e os recursos disponíveis para o poder dominante para realizar esta tarefa, leva à criação de um novo sistema internacional (Gilpin, 1981: 209 -210, tradução nossa).

³⁸

Gilpin argumenta que o sistema internacional muda ciclicamente sempre que um ou mais países assumem a preponderância, forçando novas regras de governabilidade. Essa mudança se dá, na maioria das vezes, através da guerra hegemônica. O autor não se concentra no que o país deve fazer para assumir a preponderância, mas sim no que ocorre para que o país hoje dominante passe a declinar. Seu argumento central é de que a lei do crescimento desigual entre os Estados determina uma redistribuição do poder e, em última instância, o conflito hegemônico e um novo sistema internacional. O sistema internacional de todas as épocas foi resultado dos realinhamentos territoriais, econômicos e diplomáticos que se deram após guerras hegemônicas. A guerra hegemônica reorganiza os atores do sistema de acordo com a nova distribuição de poder internacional e determina quem governa o sistema internacional e quais interesses serão primeiramente servidos pela nova ordem internacional. Além disso, pode levar a uma redistribuição do território entre os Estados e a um novo conjunto de normas estabelecidas por instituições internacionais que visam uma ordem internacional relativamente mais estável e uma governança efetiva sobre o sistema (Gilpin, 1981: 198).

Rasler e Thompson (2000) seguem a mesma linha de análise e defendem que as guerras globais são dinâmicas responsáveis pela forma como o mundo será estruturado, pois são orientadas para a ascensão e queda de estruturas de liderança no sistema internacional, se apresentando como importantes componentes no maquinário que estrutura a política e a economia global. As grandes guerras do sistema internacional são travadas para determinar cujas preferências políticas são mais propensas a influenciar a maneira como, e em benefício de quem, a economia política global opera e são mais prováveis depois de um longo período de declínio da liderança no mercado político econômico global (Rasler; Thompson, 2000).

³⁸ No original: “Hegemonic war historically has been the basic mechanism of systemic change in world politics. Hegemonic conflict, arising from an increasing disequilibrium between the burden of maintaining an empire or hegemonic position and the resources available to the dominant power to carry out this task, leads to the creation of a new international system” (Gilpin, 1981: 209-210).

De acordo com Saraiva (2001: 221), a guerra é o marco de uma nova era, ela foi travada em diferentes partes do globo terrestre e, após seu término, uma nova ordem internacional emerge. Inglaterra e França são exemplos de organizações que se tornaram dominantes, em decorrência das contingências históricas, isto é, a partir do confronto bélico, e das respostas possíveis oferecidas pelas nações envolvidas, a partir de um dado momento. “Estes Estados criaram exércitos e frotas avultados e recrutados cada vez mais entre as próprias populações nacionais, ao mesmo tempo em que os soberanos agregaram as forças armadas diretamente à estrutura administrativa do estado” (Tilly, 1996: 79). Deste modo, a sensação de perigo, insegurança e ameaça por parte dos Estados, devido à competição interestatal e à rivalidade em um sistema anárquico, tendem gerar busca pelo poder e incremento de capacidades estatais. Essas transformações podem servir como uma forma de compreender a guerra no sistema internacional.

Nesse sentido, a crescente autonomia estratégica por parte das potências regionais e globais importa para o equilíbrio internacional. A capacidade de projetar armas, produzi-las e disseminá-las, de contar com linhas de comunicação, reservas e suprimentos, diz respeito diretamente à capacidade de um país de influenciar a política externa de outros. Ocorrem mudanças na capacidade de mobilização nacional e de incidir sobre eventos além da esfera de influência exercida pela potência. Tudo implica uma mudança de correlação de forças entre os países, na mudança de status que separa a potência regional da grande potência e que importa, sobretudo, para o equilíbrio do sistema internacional (Martins, 2008: 18).

Além disso, a despeito do seu impacto recorrente e transformador, as potências dominantes procuram evitar ao máximo arcar com os custos envolvidos nas guerras hegemônicas, traçando estratégias alternativas. Uma dessas estratégias alternativas é o esforço do fortalecimento (balanceamento) interno e externo, que acaba por recapacitar os Estados. Nesse caso, mesmo por via indireta e negativa, a ameaça da guerra central decorrente do incremento da competição sistêmica acaba por incentivar o fortalecimento dos Estados, o que pode, inclusive, evitar a eclosão da guerra. Esse é o caso, por exemplo, da Guerra Fria, em que os Estados Unidos conseguiram evitar a transição hegemônica se fortalecendo e enfraquecendo o concorrente sem ingressar em uma guerra hegemônica (Gilpin, 1981).

Portanto, a distribuição de território, o padrão das relações econômicas e da hierarquia do prestígio irá refletir em uma nova distribuição de poder no sistema. Os estados emergentes dominantes no sistema trabalham para estender seu domínio para os limites de

seu desenvolvimento econômico, militar, e outras capacidades. Com o tempo, estes poderes também irão amadurecer, e novos desafios surgirão na periferia do seu poder e influência. Em seguida, o processo de queda, desequilíbrio, e luta hegemônica será retomado mais uma vez (Gilpin, 1981: 210). A conclusão de uma guerra hegemônica é o começo de um novo ciclo de crescimento, expansão e eventual declínio. A lei do crescimento desigual continua a redistribuir o poder, minando, assim, o status quo estabelecido pela última luta hegemônica. Desequilíbrio substitui o equilíbrio, e o mundo se move em direção a uma nova rodada de conflitos hegemônicos (Gilpin, 1981: 210).

4.2. A guerra como dinâmica que incentivou a reconfiguração de forças que possibilitou a construção da ordem internacional

Tendo em vista que a diferença fundamental entre a transição de poder e equilíbrio de poder no sistema internacional diz respeito, sobretudo, à previsão do conflito sobre o controle da ordem entre os Estados (Kugler; Organski, 2000: 182), cabe analisar a influência da guerra na transformação da ordem internacional. O conceito de Ordem Internacional é usado em referência às relações postas em prática no âmbito da comunidade internacional, tendo os Estados por protagonistas. Portanto, os princípios constitucionais da comunidade, em que se moldam os comportamentos interestatais, constituem a ordem pública internacional e se impõem como limite inderrogável no âmbito interestatal (Bobbio, 1998: 852). No presente estudo, a ordem internacional será representada por meio da formação de instituições internacionais e de incentivos à reorganização econômica do sistema, a partir de grandes guerras globais.

4.2.1. Formação de Instituições Internacionais

A política internacional é o campo de atividade onde as autoridades públicas dos Estados defendem seus propósitos, através de contatos com outros Estados. Segundo Holsti,

todos Estados têm um repertório comum de propósitos. Eles combinam bem-estar, segurança, status, e a promoção de determinados valores, idéias e ideologias em diferentes proporções. A maioria se contenta em enfatizar o bem-estar, enquanto alguns se encarregam de tentar transformar o mundo. (...) O modo como estes defendem e perseguem seus objetivos é moderado por instituições internacionais que englobam idéias, normas, regras e etiqueta. Quando alguns Estados rejeitam

esses arranjos institucionais ou tentam criar arranjos radicalmente diferentes, a guerra é um resultado provável (Holsti, 2004: 306, tradução nossa).³⁹

Nesse contexto, combinando teórica e argumento empírico, Holsti investiga que o conflito, a insegurança e a guerra não como conseqüências inevitáveis de anarquia. Para ele, os Estados, por meio de seus decisores políticos, podem criar instituições e desenvolvê-las através do consenso, que, ao longo do tempo, assumem características normativas. “Essas instituições limitam as escolhas dos decisores políticos e criam oportunidades e restrições sobre como eles vão dar prosseguimento e defender seus interesses” (Holsti, 2004: 305, tradução nossa).⁴⁰

Nesse sentido, instituições internacionais atuam como órgãos multilaterais responsáveis pela integração, inter-relação e acordos envolvendo diversos atores do sistema internacional. Possuem a missão de estabelecer um ordenamento das relações intranacionais de poder e influência política. Atuam na elaboração e regulação de normas e suscitam acordos entre países, buscando atender determinados objetivos. São criadas por interesses compartilhados de Estados, que buscam minimizar os efeitos negativos da disputa de poder, derivada da anarquia e do conflito, e criar uma alternativa viável para induzir padrões de comportamento que poderiam conduzir a um comportamento mais cooperativo, a fim de evitar uma nova guerra mundial. Dessa maneira, poder-se afirmar que as instituições são instrumentos capazes de atuar como catalisadores da ordem internacional.

Em *After Victory*, John Ikenberry (2000) analisa a conjuntura que envolve os momentos de reconstrução da ordem mundial, os quais geralmente ocorrem posteriormente as grandes guerras mundiais. O autor destaca o papel desempenhado pelos Estados vitoriosos, que desfrutam da posição de detentores do poder e, em certa medida, atuam como importantes construtores da nova ordem do sistema internacional. No decorrer da história pode-se observar que os Estados que emergem vitoriosos dos cenários de guerra recorreram, em grande parte, a medidas de transformação da ordem mundial instaurada, agindo através

³⁹ No original: “All states have a common repertoire of purposes. They combine welfare, security, status, and the promotion of certain values, ideas, and ideologies in different proportions. Most are content to emphasize welfare, while a few take it upon themselves to try to transform the world. (...) How they defend and pursue their purposes is tempered by international institutions that encompass ideas, norms, rules, and etiquette. When some states reject those institutional arrangements or seek to create radically different arrangements, war is a likely outcome” (Holsti, 2004: 306).

⁴⁰ No original: “These institutions narrow the choices of policy-makers and create both opportunities and constraints on how they go about pursuing and defending their interests” (Holsti, 2004: 305).

de alianças com outros Estados, a fim de evitar um outro grande conflito armado de escala global.

Num estágio mais atual, o estabelecimento de instituições internacionais possui três funções principais: a primeira, de reorganizar grandes disparidades de poder entre os Estados, a segunda, de funcionar como arma de controle político dos países líderes sobre os outros e a terceira, de manter uma relativa estabilidade na ordem estabelecida presentemente, já que esta ganha características constitucionais. Como exemplificação, pode-se destacar a ascensão dominante dos EUA após 1945 e seus grandes esforços no sentido da institucionalização da ordem mundial pós Segunda Guerra, principalmente com a criação da Organização das Nações Unidas.⁴¹ De acordo com Ikenberry,

os grandes momentos da construção da ordem internacional tendem a vir após grandes guerras, com os Estados vencedores se comprometendo a reconstruir o mundo do pós-guerra. Alguns anos se destacam como pontos de inflexão críticos: 1648, 1713, 1815, 1919, e 1945. Nesses momentos, foram dadas oportunidades extraordinárias à estados recém-poderosos para moldar a política mundial. No rescaldo caótico da guerra, os líderes desses estados encontraram-se em posições excepcionalmente vantajosas a apresentar novas regras e princípios das relações internacionais e, assim construindo uma nova ordem internacional (Ikenberry, 2000: 03, tradução nossa).⁴²

Deste modo, um padrão histórico pode ser identificado entre os acordos de 1815, de 1919 e de 1945. Nesses casos, o Estado líder tem recorrido a estratégias institucionais como mecanismos para estabelecer restrições ao poder estatal indiscriminado e arbitrário e para conduzir uma ordem pós-guerra favorável e durável. As agendas construídas no pós-guerra, prosseguidas pela Grã-Bretanha após as guerras napoleônicas e os Estados Unidos após as duas guerras mundiais, implicaram propostas cada vez mais amplas para estabelecer instituições internacionais que se ligam às grandes potências e institucionalizam suas relações após a guerra. Entretanto, estas instituições do pós-guerra não se limitaram a resolver apenas problemas funcionais ou facilitar a cooperação, elas também têm servido

⁴¹ Além de outros tratados, acordos e instituições que surgiram neste contexto, como a criação da OTAN, de tratados de segurança com o Japão e de outras alianças na Ásia.

⁴² No original: *“The great moments of international order building have tended to come after major wars, as winning states have undertaken to reconstruct the postwar world. Certain years stand out as critical turning points: 1648, 1713, 1815, 1919, and 1945. At these junctures, newly powerful states have been given extraordinary opportunities to shape world politics. In the chaotic aftermath of war, leaders of these states have found themselves in unusually advantageous positions to put forward new rules and principles of international relations and by so doing remake international order”* (Ikenberry, 2000: 03).

como mecanismos de controle político que permitiram ao Estado líder uma série de vantagens políticas e econômicas.⁴³

Deste modo, não somente a guerra, mas a ameaça da guerra passa a ter papel comportamental importante na reconstrução da ordem internacional, pois na tentativa de evitá-las os Estados criam alianças e acordos por meio de instituições internacionais. O Congresso de Viena foi uma das tentativas de reconstrução da ordem internacional no pós-guerra. Seu objetivo era retomar o modelo político que ordenava a Europa antes das guerras napoleônicas, redesenhando o mapa político do continente e restaurando as estruturas do Antigo Regime. Assim, o tratado de 1814, liderado pela Inglaterra, restabeleceu a paz e a estabilidade política européia, possuindo como diretrizes fundamentais o princípio da legitimidade, da restauração, do equilíbrio de poder e, no plano geopolítico, a consagração do conceito de “fronteiras geográficas”.

O Concerto Europeu foi derivado do Congresso de Viena, estipulava que os limites estabelecidos em 1814 não poderiam ser alterados sem o consentimento de seus oito signatários. Se inspirou na noção de equilíbrio de poder nas relações internacionais, componente significativa para a manutenção da ordem internacional, onde a ambição de uma grande potência foi reprimida por outra. Além disso, buscava garantir a cooperação de seus membros na supressão de quaisquer distúrbios decorrentes de tentativas dos povos para depor os seus governos “legítimos” ou mudar as fronteiras internacionais, conservando o equilíbrio europeu instaurado.

Como reflexo da ordem social devastada pela Primeira Guerra Mundial, os Estados arquitetaram as relações internacionais a partir de mecanismos que efetivassem um regime institucional que assegurasse a paz e a cooperação entre eles. O principal resultado prático desse movimento liberal foi a criação da Liga das Nações, que surgiu, ao final da Primeira Guerra Mundial, com a finalidade exclusiva de manter a paz entre as nações e reorganizar as relações internacionais. Idealizada pelas potências vencedoras da guerra, teve sua base na proposta de paz feita pelo presidente norte americano Woodrow Wilson. Os Quatorze Pontos de Wilson, como ficaram conhecidos, propunham promover a segurança coletiva com base em idéias liberais. Assim como a Liga das Nações, a Organização das Nações Unidas também surgiu como resultado dos acordos feitos ao final da Segunda Guerra Mundial entre

⁴³ Os incentivos e as capacidades dos estados principais para empregar instituições como mecanismos de controle político e econômico são moldados de acordo com a capacidade do estado de empregar instituições e firmar seu poder para acordos institucionais e para o comércio exterior, com ganhos a curto e longo prazo.

as potências vencedoras. A ONU, como entidade política, foi a institucionalização dos acordos dos Estados, que redesenharam o mapa político mundial. A Carta das Nações Unidas, criada em 1945, possui objetivos que incluem auxiliar na resolução de conflitos e promover a cooperação internacional para solucionar problemas econômicos, sociais e humanitários ao redor do mundo.

Segundo Ikenberry, algumas propostas de garantia de segurança geral falharam em determinados momentos em virtude principalmente da incapacidade dos Estados envolvidos de assumir compromissos vinculativos. A política externa altamente pessoal dos Estados foi a expressão mais visível desta restrição. As instituições criadas em 1815 e 1919 mostraram a tentativa do Estado de usá-las como um mecanismo de restrição de poder. A preocupação com a dominação ou com o abandono foi suficiente para condenar os acordos, particularmente em face de interesses conflitantes entre os aliados. Por outro lado, em 1945, houve incentivos e capacidades mais pronunciadas para os Estados principais e secundários se movessem em direção a um assentamento mais institucionalizado. Os Estados Unidos comandou uma posição de poder muito mais favorável do que ele fizera depois de 1919 ou do que a Grã-Bretanha fez após 1815. Ele tinha mais capacidades para fazer negócios institucionais com outros Estados e as afixadas assimetrias no poder fez os governos europeus, em particular, ansiosos para acordos que estabelecessem compromissos e restrições. O caráter do sistema doméstico americano fornecia transparência e "oportunidades de voz" e o uso extensivo de instituições de ligação serviu para limitar os retornos do poder e fornecer garantias para os estados dentro da ordem que não seriam dominados ou abandonados. A ordem que emergiu é multilateral, recíproca, legítima e altamente institucionalizada. O pós-1945 encontrou uma forma nova e eficaz para superar o problema de ordem representado pelas grandes assimetrias de poder depois da guerra (Ikenberry, 2000: 20).

Nesse sentido, essa lógica institucional é útil para explicar a notável estabilidade da ordem pós-1945. Mais do que em 1815 e 1919, as circunstâncias em 1945 proporcionaram oportunidades para o Estado que conduz a se mover em direção a um acordo institucionalizado. O caráter democrático dos estados também tem facilitado o maior crescimento de instituições e de compromissos intergovernamentais, com a criação de vínculos mais profundos entre esses estados, tornando cada vez mais difícil para as ordens alternativas substituírem a ordem já existente (Ikenberry, 2000: 05). É possível afirmar, portanto, que as instituições desempenharam papéis fundamentais na formação da ordem do sistema internacional em diversos momentos da história e, certamente, são ferramentas

indispensáveis dos mais poderosos países do mundo. O extraordinário poder da potência hegemônica pode ser colocado para uma boa utilização na criação de uma ordem internacional duradoura e legítima, esta será determinada, em grande medida, pela forma como o país usa e opera as instituições internacionais (Ikenberry, 2000: 20). A teoria e as experiências históricas sugerem que, “os estados poderosos mais duradouros são aqueles que trabalham com e através de instituições” (Ikenberry, 2000: 20, tradução nossa).⁴⁴

4.2.2. Incentivo à reorganização econômica do sistema

O fenômeno da guerra também pode ser responsável pela transformação da ordem econômica internacional por meio do incentivo à reorganização do sistema econômico instaurado. Em *O Longo Século XX*, Giovanni Arrighi, faz uma contribuição valiosa para o estudo do processo de evolução e formação das economias no século XX. O autor afirma que a economia capitalista mundial passou a caracterizar-se por um sistema em que as redes de acumulação estavam inteiramente inseridas nas redes de poder, e subordinadas a elas, e que essa transformação passou por uma série de ciclos sistêmicos de acumulação, cada um consistindo de uma fase de expansão material e esta seguida por uma fase de expansão financeira, resultante das atividades de um complexo particular de agentes governamentais e empresariais dotados de capacidade de levar a expansão um passo além do que podiam ou queriam fazer os promotores e organizadores da expansão precedente (Arrighi, 1996).

Arrighi defende que o capitalismo nasceu como um sistema social histórico devido à intensificação da concorrência intercapitalista e a luta pelo poder. Deste modo, o processo de geração e desenvolvimento do capitalismo ocorreu a partir de uma trajetória caótica, isto é, não linear, inserido em estruturas inalteráveis e relações permanentes. Existia um dinamismo concomitantemente contínuo e descontínuo, devido às inovações nas estruturas e relações (Arienti; Filomento, 2007). Desse modo, a expansão financeira é característica do capital e da intensificação das pressões competitivas, assim como das grandes expansões do comércio e da produção mundiais (Arrighi, 1996).

Para definir os Ciclos Sistêmicos de Acumulação, Arrighi recorre ao esquema DMD⁴⁵ de Marx. O aspecto central deste padrão é a alternância de épocas de expansão material e acumulação de capital (DM) com fases de renascimento e expansão financeiras (MD’). Nas

⁴⁴ No original: “The most enduringly powerful states are those that work with and through institutions” (Ikenberry, 2000: 20).

⁴⁵ Dinheiro-Mercadoria-Dinheiro

fases de expansão material, o capital monetário se transforma em uma massa crescente de produtos ⁴⁶, nas fases de expansão financeira, uma massa crescente de capital monetário se transforma de sua forma mercadoria e a acumulação prossegue através de acordos financeiros (DD'). Juntas, essas duas fases constituem um completo ciclo sistêmico de acumulação (Arrighi, 1996: 06). Contudo, com o tempo, o investimento da moeda na expansão do comércio e da produção não mais atende com tanta eficiência ao objetivo de aumentar o fluxo monetário que vai para a camada capitalista, iniciando assim a período de declínio do ciclo (Arrighi, 1996: 08).

Neste sentido, a idéia de ciclos sistêmicos de acumulação remete a momentos distintos ao longo da história de regimes de acumulação do capitalismo, em que a composição destes regimes era dada pela ascensão, seguida do desenvolvimento e fim, representadas por 4 fases definidas: períodos de expansão produtiva, fases de intensa concorrência, temporadas de expansão financeira e tempos de caos sistêmicos. Arrighi identificou a existência de quatro ciclos ao longo da história de desenvolvimento do capitalismo: um ciclo genovês, do século XV o início do século XVII; um ciclo holandês, do fim do século XVI até decorrida a maior parte do XVIII; um ciclo britânico, da segunda metade do século XVIII até o início do século XX; e um ciclo norte americano, iniciado no fim do século XIX e que prossegue na atual fase de expansão financeira (Arrighi, 1996: 06).

Os ciclos sistêmicos consecutivos de acumulação se superpõem e, embora adquirissem uma duração progressivamente mais curta, foram marcados por crescente complexificação e internalização de funções adotada pela potência hegemônica. Além disso, cada ciclo econômico identificado por Arrighi foi representado por uma estrutura de liderança (hegemonia) que definiu novos padrões econômicos e políticos a serem seguidos e implicou em uma reorganização fundamental do sistema e uma mudança em suas propriedades (Arrighi; Silver, 2001:35). Para Arrighi, as transições hegemônicas devem ser vistas como mudanças sistêmicas, ou seja, como

“um processo de reorganização radical do moderno sistema mundial que altera substantivamente a natureza dos integrantes do sistema, sua maneira de se relacionar uns com os outros e o modo como o sistema funciona e se reproduz” (Arrighi; Silver, 2001: 30-31).

Segundo essa teoria, a crescente demanda de recursos por parte dos estados nacionais para financiar conflitos gerados em boa medida por aquele ambiente de incertezas, tanto

⁴⁶ Que inclui a força de trabalho e dídivas da natureza transformadas em mercadoria.

interno quanto externo leva ao estreitamento dos vínculos políticos e econômicos, isto é, pressões competitivas e lutas pelo poder, promovendo a ascensão dos interesses da alta finança nos negócios do estado a ponto de efetivamente serem capazes de controlá-lo. Com o poder político controlado pelos interesses financeiro/especulativos, ocorre um surto nos negócios ancorado fundamentalmente na especulação financeira que se ocupará de promover soluções lucrativas para a massa de capital de outra forma ocioso. O ambiente crescentemente especulativo resultante dessa expansão pavimenta o caminho para uma fase de caos sistêmico que, nesse caso, significa a ocorrência concomitante de dissolvência econômica e de demolição da estrutura política escorada na estrutura do poder hegemônico mundial até então prevalente (Brussi, 2011). Nos períodos de caos sistêmico, a potência dominante adota militarismo crescente para dar, pelos instrumentos de dominação/coerção, sobrevida a sua liderança sistêmica. Porém, em geral, essas práticas são mal sucedidas.

Após os sobreviventes do período de tensões e conflitos generalizados iniciarem a busca de acordos e cooperação e o capital aplicado no financiamento dessas guerras e na dissuasão das ameaças começar a apresentar consistentemente um retorno decrescente, um novo surto de crescimento finalmente terá início. Sob a liderança de uma nova associação de interesses empresariais e de uma nova conjunção de estados, comandados por quem estava apresentando uma resposta de expansão econômica de mais profundidade e abrangência, tem início os fundamentos de um novo período de expansão econômica e, em seguida, de hegemonia na economia mundial. Esse novo ciclo, entretanto, ultrapassa o anterior em escala e alcance, especialmente identificados pelos avanços demonstrados nas passagens de um ciclo de hegemonia para outro (Brussi, 2011). Cada um dos sucessivos ciclos sistêmicos de acumulação que fizeram a fortuna do Ocidente teve como premissa a formação de blocos territorialistas-capitalistas cada vez mais poderosos, compostos de organizações governamentais e empresariais dotadas de maior capacidade do que o bloco precedente para ampliar ou aprofundar o alcance espacial e funcional da economia mundial capitalista (Arrighi, 1996: 369).

Nesse sentido, cabe ressaltar as contribuições de Rasler e Thompson que defendem que as guerras globais são resultado da combinação de processos de concentração e desconcentração que operam tanto em nível regional e global, mais prováveis depois de um longo período de declínio da liderança no mercado político econômico global. Assim, a hipótese principal destes autores sugere que as capacidades globais altamente concentradas modificam o sistema internacional. A alta concentração sugere a possibilidade de liderança

forte, menos conflito entre as potências mundiais, e um mais ambiente facilitador para a ordem global. Menor nível de concentração se correlaciona com maior probabilidade de conflito, desordem e lutas de sucessão de lideranças. Essa dinâmica é altamente irregular e, em longo prazo, é impulsionada pelo crescimento econômico. As guerras globais são funções dos processos de crescimento econômico de longo prazo, assim como os processos de crescimento econômico de longo prazo também são uma função das guerras globais. A relação é fundamentalmente recíproca (Rasler; Thompson, 2000).

O modelo de Rasler e Thompson engloba dois tipos de co-evolução. Um centra-se na interação entre o crescimento econômico e militar e a liderança política a nível global. Outro se concentra na interação entre o desenvolvimento e a decadência das hierarquias globais e regionais. Ambos os conjuntos de dinâmicas coevolutivas abrangem importantes influências recíprocas em um outro. Para explorar ainda mais essas relações, cabe destacar dois conjuntos de atividades: crescimento econômico de longo prazo e de guerra global. As inovações englobam o desenvolvimento e aplicação de novas formas de fazer as coisas, que incluem pioneiro novas rotas de comércio, a construção de novas máquinas para transporte de mercadorias mais baratas ou mais rapidamente diminuindo assim os custos de transporte, e encontrar novas formas de manipular e transferir informações (telégrafos, telefones, rádios, televisões e computadores). Inovações do tipo radicais tendem a promover mudanças estruturais importantes e também são descontínuos no tempo e no espaço, o que significa que possuem uma tendência a aparecer em aglomerados e que tendem a emergir primeiro em uma economia antes de difusão para outras economias (Rasler; Thompson, 2000).

Nesse sentido, as grandes inovações tecnológicas geram novos setores comerciais e industriais de atividade que são suscetíveis de elevar as taxas de crescimento da economia em que aparecem pela primeira vez. Porém, inovações tecnológicas têm trajetórias finitas e retornos decrescentes, de acordo com a teoria Schumpeteriana de inovação. Se outra economia pega a liderança no desenvolvimento de inovações, o estágio está definido para grande mudança estrutural na economia política global. Cada zona econômica mais inovadora da economia política global em determinados pontos no tempo, goza de ondas de inovação radical, cruciais para o surgimento de uma nova liderança econômica. É também crucial para o surgimento de um novo líder global porque produz um excedente que pode ser usado para financiar as capacidades militares de alcance global para proteger e reforçar a sua liderança econômica (Rasler; Thompson, 2000).

A posição de liderança no alcance global militar contribui para a vitória no período de conflito que está associado ao surgimento de novas trajetórias tecnológicas. Aumento da concorrência, diminuição de mercados e exaustão de recursos tornam difícil manter um pioneiro indefinidamente. A partir de uma perspectiva sistêmica, a economia política global é caracterizada por padrões ondulantes de concentração capacidade, seguido de desconcentração, e depois segue-se novamente reconcentração. Atribuí-se esse padrão principalmente para o surgimento e declínio relativo das economias de chumbo. A ligação para a guerra global é simples. Quando a política econômica global é altamente concentrada, a deflagração de uma guerra global é improvável. Entretanto, depois da política econômica global ter experimentado uma desconcentração considerável, a deflagração de uma guerra global se torna mais provável, pois as guerras são, por inerência, lutas de sucessão para definir qual economia irá substituir o operador histórico como centro político-militar do sistema global. Em suma, as ondas longas de mudanças econômicas e tecnológicas, o longo ciclo de liderança político-militar e guerra são dinâmicas todas altamente interdependentes que estão no cerne do funcionamento da economia política global (Rasler; Thompson, 2000).

4.3. Conclusão do capítulo

O terceiro capítulo procurou abordar o papel da guerra como dinâmica que impeliu à transformação de estruturas sistêmicas. Buscou-se elucidar como a conclusão de guerras hegemônicas marcam, geralmente, o início de um novo ciclo de crescimento, expansão e eventual declínio de potências sistêmicas de forma relativamente cíclica. Novas potências hegemônicas irão definir padrões políticos e econômicos da nova ordem internacional. Assim, a ameaça da guerra faz com que os Estados busquem meios de se proteger através de alianças representadas por instituições intergovernamentais, como o Concerto Europeu, a Liga das Nações e a ONU. Após a guerra também se dá início a um novo período de expansão econômica, liderado pela potência hegemônica, analisado a partir da Teoria dos Ciclos Sistêmicos de Acumulação, de Giovanni Arrighi. Em todas as seções procurou-se encontrar as causas dos resultados encontrados, analisando a estrutura internacional e doméstica dos países.

5. CONCLUSÃO GERAL

Historicamente, as grandes guerras têm sido partes funcionais e integrais do sistema internacional. Nesse sentido, a presente pesquisa fez uso de teorias de Relações Internacionais para analisar como a guerra, a ameaça da guerra, a sensação de perigo e a tentativa de evitar o conflito levaram os Estados a acionarem mecanismos de adaptação e de auto-regulação importantes para seu autofortalecimento. Apesar de destrutivas e indesejáveis por parte dos Estados, as guerras e seus constrangimentos incentivaram à reorganização dos atores do sistema, que iniciaram processos de cooperação importantes para a construção da ordem internacional. Buscou-se compreender como a dinâmica da guerra impeliu à transformação de unidades e estruturas sistêmicas por meio de incentivos a respostas de formação de novos Estados nacionais e o incremento de suas capacidades, de promoção do desenvolvimento da ciência e da tecnologia, de promoção de direitos sociais para as mulheres, de inovação na área da medicina, de transformação na polaridade global, de estabilização social e econômica e de criação de instituições internacionais.

O primeiro capítulo, a guerra como força que incentivou mudanças sociais e políticas, se apresentou como moldura analítica do trabalho e buscou-se introduzir os critérios norteadores da análise contidos nos capítulos seguintes. Antes de iniciar o debate sobre o fenômeno da guerra e suas dinâmicas buscou-se analisar a literatura sobre o conflito, a violência e a desordem ao nível interno e externo das unidades do sistema, a fim de compreender os incentivos a repostas de adaptação e complexificação por parte dos Estados. O presente estudo procurou analisar o conflito social como elemento das interações humanas e questionou o tratamento sociológico tradicional dado ao tema. Buscou-se refletir como os conflitos, embora destrutivos, incentivam à reorganização social e sua permanência na vida política e social impulsiona mudanças importantes, que resultam, paradoxalmente, em melhoramentos. (Bobbio, 1998: 226).

Mediante considerações de diversos teóricos, analisou-se a relação caos e ordem e a Teoria dos Sistemas Complexos. Concluiu-se que o sistema internacional pode ser visto como um exemplo de sistema complexo, pois consiste basicamente em muitos componentes independentes interagindo localmente (Palazzo, 1996) com relativa capacidade de se auto-organizar quando sua estabilidade se encontra afastada do equilíbrio (Capra, 1996: 82-3). Nesse caso, momentos inevitáveis de caos e conflito podem servir de incentivo para a reorganização do sistema que, conseqüentemente, resultará na possibilidade de construção de ordens internacionais renovadas e cooperativas e no autofortalecimento de seus atores.

Ao analisar o papel da violência na condição moderna abordou-se a idéia do Estados-nação, presente no centro da teoria de Giddens, e o papel das revoluções sociais. Se por um lado, o Estado-nação se apresenta como uma instituição que reivindica o monopólio legítimo da violência dentro de um determinado território, por outro lado, compreende-se que, durante muito tempo e em muitos países, a violência esteve estritamente ligada à obtenção de reformas sociais ou a transformação de regimes políticos ilegítimos à nível interno dos Estados. Na era moderna, esses exemplos representam a maneira como a violência pode se apresentar com um caráter também construtivo e como via de importantes mudanças sociais e políticas.

Para analisar o conflito, a violência e a desordem ao nível externo dos Estados, o trabalho buscou aporte na literatura da área acadêmica de Relações Internacionais. Buscou-se compreender que o sistema internacional é caracterizado por uma “interdependência complexa” entre as nações devido ao aprofundamento da globalização e, embora a força militar continue sendo o instrumento supremo da política internacional, as mudanças em seu custo e sua eficácia tornam a política internacional atual mais complexa, incentivando os Estados a iniciarem ações cooperativas, na busca por sua segurança ou até mesmo sobrevivência frente à ameaça da guerra. Ao analisar a história mundial, pôde-se observar o surgimento de instituições que visam à cooperação internacional ao final de grandes guerras, como o Concerto Europeu, a Liga das Nações e a ONU, quando um novo tratado elaborado pelos Estados estabeleceu uma nova estrutura de ordem a ser adotada (Nye, 2009: 15).

Assim, os interesses compartilhados dos atores do sistema criariam uma demanda por instituições internacionais. Os Estados recorrem às instituições para minimizar os efeitos negativos da disputa de poder, derivada da anarquia e do conflito, e criar uma alternativa viável para induzir padrões de comportamento que poderiam conduzir a um comportamento mais cooperativo. Nesse contexto, pode-se afirmar que as instituições seriam aparelhos estatais capazes de atuar a favor da cooperação internacional (Keohane, 2005). Entretanto, cabe ressaltar que a cooperação é uma iniciativa altamente política e não supõe a superação completa do conflito, uma vez que padrões de comportamento e interesses devem ser alterados por meio de negociações para que se consiga atingi-la (Keohane, 1984, 53-54).

A análise da relação entre guerra, política e mudança nas Relações Internacionais baseou-se nas contribuições do general prussiano Carl Von Clausewitz, que apresenta a guerra como a essência do Estado, isto é, o meio pelo qual e para o qual os Estados existem. Clausewitz propõe mais do que um tratado sobre guerra, para ele é um novo meio de fazer

política, pois todo objetivo militar é necessariamente político. O propósito político está presente desde a concepção inicial da guerra, quando se elabora um plano de ataque ao inimigo, ele determinará tanto o propósito militar a ser atingido como a intensidade do esforço exigida. Nesse sentido, a lógica da guerra está contida na política como elemento articulador em vista de uma situação específica tanto na realidade quanto na história.

O segundo capítulo analisou a guerra como dinâmica que impeliu à transformação das unidades do sistema. Buscou-se compreender o papel histórico da guerra e da competição internacional no incentivo a respostas de formação de novos Estados nacionais e o incremento de suas capacidades, bem como, o modo que os fatores intervenientes, como exércitos nacionais e inovações institucionais, contribuíram para o desenvolvimento dos Estados modernos e de aspectos da segurança internacional. Concluiu-se que o esforço de guerra e a consequente necessidade de aumento da arrecadação para a formação de grandes exércitos foi fundamental no processo de construção de Estados na Europa e podem ser apontados como fatores que impactaram no surgimento do governo direto, ou da centralização administrativa, com a adoção de um sistema tributário único, e de outras várias instituições modernas. Deste modo, a estrutura do estado emergiu, sobretudo, como produto secundário dos esforços dos Estados para adquirir os meios de fazer e evitar a guerra (Tilly, 1996: 61).

Inclusive, as instituições militares surgem como sustentáculos de tarefas desempenhadas pelo Estado. A construção de um exército nacional transcende a noção de aparato coercitivo, estendendo-se a outras funções sociais específicas. Além de assumir o papel de elemento estabilizador e instituição que garante direitos à população, o exército nacional leva à população conhecimento e consciência nacional, assim como noções de ordem, hierarquia e racionalidade, contribuindo para a formação de futuros trabalhadores da economia nacional. Entre suas funções não militares estão a construção de obras públicas, a construção e a manutenção de estradas, a estruturação da infraestrutura e do sistema de comunicações, entre outros (Castellano, 2012: 58-59). Assim, os exércitos emergem não tanto como um meio de travar a guerra, mas como instrumento de assimilação, entronização e disseminação de conhecimento.

O desenvolvimento tecnológico vinculado às necessidades impostas pela competição da guerra, sempre estiveram na vanguarda das transformações tecnológicas que levaram ao desenvolvimento das capacidades produtivas (Castellano; Martins, 2014: 142). Ao longo da história, a evolução da tecnologia e dos requisitos sociais para seu desenvolvimento se

encontraram associadas à inovação nas forças armadas na conduta da guerra. Entretanto, identifica-se uma tendência histórica de transferência tecnológica entre a esfera militar e a civil. O radar, as redes locais sem-fio, a telefonia móvel, o microondas, o GPS e o desenvolvimento de uma nova geração de poderosos computadores foram alguns frutos sociais dos esforços para desenvolver equipamentos militares visando o incremento da efetividade na guerra.

A guerra, principalmente a Primeira Guerra Mundial, também foi um período marcado por grandes oportunidades para as mulheres, nomeadamente no mercado do trabalho. A necessidade de recursos humanos na guerra exigiu a mobilização das mulheres e lhe permitiu acesso à esfera pública. Essa mobilização sem precedentes levou a mão-de-obra feminina a níveis inéditos, além de auxiliar na criação de movimento de emancipação feminina e na busca de direitos iguais na sociedade (Sanchez, 2003: 01). Após a Segunda Guerra Mundial, surge uma série de instrumentos jurídicos no âmbito internacional e nacional visando à defesa e proteção das mulheres, além da promoção de seus direitos e da igualdade de gênero.

A constante luta pela vida no campo de batalha impunha a todo o momento a necessidade de buscar inovações técnicas na área médica visando à sobrevivência de um maior número de soldados: transfusão de sangue, diálise, respiração mecânica artificial, cirurgia geral e vascular, ortopedia, neurocirurgia, plástica, bucomaxilofacial, infectologia e psiquiatria são algumas das técnicas e das áreas médicas que há muito vêm se beneficiando das lições aprendidas nos campos de batalha. Assim, a evolução da medicina apareceu em grande medida atrelada a guerra. Ela se deu, sobretudo, pelo resultado do trabalho árduo, da criatividade, da persistência e da pressão constante a exigir soluções urgentes por parte dos médicos militares ou mesmo dos civis a serviço das forças armadas dos países envolvidos em conflitos (Orlando, 2016: 19).

O terceiro capítulo analisou a guerra como dinâmica que impeliu à transformação de estruturas sistêmicas. Abordar a maneira pela qual o conflito armado e seus mecanismos implicaram em mudanças estruturais da nossa época foi o principal objetivo deste capítulo. Pôde-se observar que grandes transformações na polaridade global caracterizam o ambiente internacional em períodos após conflitos sistêmicos. As guerras globais foram consideradas importantes componentes no maquinário político econômico que estrutura o sistema internacional, capazes de orientar a ascensão ou queda das potências e determinar preferências políticas que irão influenciar a economia e a política global (Rasler e Tompson,

2000). A conclusão de uma guerra reflete, em geral, no início de um novo ciclo de crescimento, expansão e declínio de uma liderança sistêmica, que pode ser substituída por outra posteriormente. (Gilpin, 1981, 209-210).

No período que se sucede a conclusão de grandes guerras mundiais foram criados mecanismos que efetivassem um regime institucional que assegurasse a paz e a cooperação entre os atores do sistema. Como reflexo da ordem internacional devastada, foram dadas grandes oportunidades a Estados recém-poderosos para reformular a política mundial e reconstruir o mundo do pós-guerra. Alguns anos se destacam como pontos de inflexão: 1815, 1919, e 1945. Um padrão histórico pode ser identificado entre o Concerto Europeu, a Liga das Nações e a Organização das Nações Unidas, nesses casos a potência hegemônica recorreu a instituições internacionais como instrumentos para a condução de uma ordem pós-guerra mais estável, facilitando a cooperação e servindo como mecanismos de controle político (Ikenberry, 2000).

O período pós-guerra também é marcado por incentivos à reorganização econômica do sistema, analisada no presente estudo por meio da Teoria dos Ciclos Sistêmicos de Acumulação, de Giovanni Arrighi. A idéia de ciclos sistêmicos de acumulação remete a fases de ascensão, seguida do desenvolvimento e fim de diferentes regimes capitalistas que ocorreram ao longo dos séculos. Cada ciclo econômico identificado por Arrighi foi representado por um Estado líder que definiu novos padrões econômicos e políticos mundiais e marcado por crescente complexificação e internalização das funções adotadas por esse Estado líder. Guerras globais, o processo de crescimento econômico de longo prazo e o ciclo de liderança política são dinâmicas que se correlacionam e que estão no centro do funcionamento da política internacional (Arrighi, 1996).

Nesse sentido, o sistema internacional foi recorrente construído e reconstruído com base nos realinhamentos territoriais, econômicos e diplomáticos que surgiram a partir da conclusão de grandes guerras globais. A consequência fundamental de uma guerra global é a alteração do sistema de acordo com a nova distribuição de poder internacional e, consequentemente, da nova hegemonia definida. A reformulação das fronteiras nacionais, um novo conjunto de regras, uma divisão do trabalho revisada entre outros acontecimentos surgem como respostas adaptativas por parte dos atores do sistema na tentativa de se reorganizar frente ao caos instaurado pela guerra. Tais respostas adaptativas auxiliam na reconfiguração de forças que possibilitam a reconstrução de uma ordem internacional

baseada em instituições que visam à cooperação internacional, a segurança dos atores do sistema e a não ocorrência de um novo conflito armado.

A invenção da pólvora e o constante aperfeiçoamento das armas de fogo são exemplos históricos suficientes para mostrar que o progresso da civilização não alterou ou impediu o impulso de destruir o inimigo, base essencial à idéia de guerra (Clausewitz, 1984: 77). Nesse sentido, inúmeros outros temas da atualidade poderiam ser investigados e refletidos a respeito da dinâmica da guerra, à luz das proposições de diferentes teóricos de Relações Internacionais. Sendo assim, é importante que mais pesquisadores continuem estudando sobre o tema, no futuro não se sabe as tendências que a guerra irá definir, mas até hoje a lição que se aprende da história mundial é a de que a política é transformável, a história está em aberto e as políticas dos Estados podem moldar a direção e o processo de transformação (Hui, 2005: 235).

Ao contrário do que se poderia pensar, o trabalho não adotou uma visão belicista do mundo. Compreendem-se os impactos negativos e destrutivos da violência nas relações sociais, políticas e internacionais. Não obstante, adotou-se a perspectiva realista de que conflitos são parte integral da política, a sua eliminação é improvável, e o objetivo mais viável é o seu controle por meio das instituições. Nesse caso, mesmo as instituições não são capazes de superar o conflito, mas de acomodá-lo e moderá-lo. Elas, inclusive, tradicionalmente o adotam como força motriz da sua evolução e complexificação. Parte da literatura das Relações Internacionais ignora o impacto da mudança nos sistemas internacionais e, por consequência, as suas causas recorrentes. A escassa literatura que aborda transformações sistêmicas, ao contrário da continuidade e estabilidade representada pelo status quo, conferem à guerra e as revoluções peso relevante como fatores incentivadores de transformações, tal qual o caos ordenador dos sistemas complexos. Se a guerra não pode ser evitada nas relações internacionais, a sua eterna ameaça pode ser justamente o fator incentivador de políticas fortalecedoras de Estados mais capazes e inclusivas e de ordens internacionais mais institucionalizadas e cooperativas.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Oswaldo E. **O conceito de bloco no poder e o estudo das relações internacionais**. Cadernos Cemarx, n4. 2007.

ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2002.

ARON, Raymond. **Pensar a Guerra, Clausewitz**. Volumes I e II. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

ARON, Raymond. **As Etapas do Pensamento Sociológico**. Tradução Sérgio Bath;Áureo Pereira de Araújo. 4ª edição, São Paulo:Martins Fontes. 1993

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto. 1996.

ARRIGHI, Giovanni. SILVER, Beverly. J. **Capitalism and world (dis)order**. Review of International Studies. Cambridge University. 257-279. 2001

ÁVILA, Fabrício Schiavo. **Polaridade e Polarização no século XXI: Impactos Políticos da Transição Demográfica**. Porto Alegre. 2013.

AYOOB, Mohammed. **The Third World Security Predicament: State Making, Regional Conflict, and the International System**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1995.

AYOOB, Mohammed. **Regional Security in the Third World**. In M. Ayoob (Ed.), *Regional Security in the Third World: Case studies from South East Asia and the Middle East* (pp. 3–32). London: Routledge, 2011.

BAYLIS, John. **Arms Control and Disarmament**. In: BAYLIS, John et al. (Orgs.). *Strategy in the Contemporary World: an introduction to Strategic Studies*. Oxford: Oxford University Press, 2002. p. 183–207.

BAYLIS, John et al. [editors]. **Strategy in the Contemporary World: An introduction to Strategic Studies**. Oxford-UK, Oxford University Press, 2002. (ISBN: 9780199289783).

BIDDLE, Stephen; FRIEDMAN, Jeffrey A. **The 2006 Lebanon Campaign and the Future of Warfare: Implications for Army and Defense Policy**. Strategic Studies Institute, 2008.

BIRNBAUM, Pierre. “**Conflitos**” in **BOUDON**, Raymond (Dir.) *Tratado de Sociologia*. Tradução Teresa Curvelo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, p.247-282. 1995

BOBBIO, Norberto (et alli), **Dicionário de Política**, Brasília, Editora da UnB, 1998.

BOEGE, Volker; BROWN, Anne; CLEMENTS, Kevin; NOLAN, Anna. Undressing the Emperor. A reply to our discussants. In: FISCHER, Martina; SCHMELZLE, Beatrix (Eds.). **Building peace in the absence of States: challenging the discourse on State failure. Research Center for Constructive Conflict Management**, Berghof Handbook Dialogue Series, n. 08, p.87-95, 2009.

BOOT, Max. **Invisible Armies: an epic history of guerrilla warfare from ancient times to the present**. New York: Liveright Publishing Corporation, 2013.

BOOT, Max, **War made new**, Gotham Books, New York, 2006.

BOUTHOU, G. **Traité de sociologie: les guerres, éléments de polémologie**. Payot, Paris. 1951.

BRANCHER, Pedro Txai Leal. **Estrutura e Agência nas Relações Internacionais: O Processo de Evolução dos Sistemas Internacionais**. Porto Alegre. 2014.

BUCHANAN, R. A. **The power of the machine: the impact of technology from 1700 to the present**. Penguin (Non-Classics), 1994.

BUZAN, B., Jones, C., & Little, R. **The Logic of Anarchy: Neorealism to Structural Realism**. New York: Columbia University Press, 1993.

BUZAN, Barry, O Wæver, and J De Wilde. **Security: A New Framework for Analysis**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1998.

BUZAN, Barry, and HANSEN, Lene. **The Evolution of International Security Studies**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole. **Regions and Powers**. New York: Cambridge University Press, 2003.

CALL, Charles T. **Building States to Build Peace? A Critical Analysis**, *Journal of Peacebuilding & Development*, 4:2, p. 60-74, 2008.

CAPRA, Fritjof. **The web of life: A new scientific understanding of living systems**, Anchor, 1996.

CARVALHO, Regina Pinto de. **Temas Atuais de Física: Micro-ondas**. Sociedade Brasileira de Física, 1a ed. São Paulo: Livraria da Física, 2005.

CLAUSEWITZ, C. Von. **Da Guerra**. Princeton: Princeton University Press, 1984.

CASTELLANO DA SILVA, Igor. **Congo, a Guerra Mundial Africana: conflitos armados, construção do estado e alternativas para a paz**. 1. ed. Porto Alegre: Leitura XXI, 2012.

CASTELLANO DA SILVA, Igor. **Guerra e Construção do Estado na Republica Democrática do Congo: A definição militar do conflito como pré-condição para a paz**. Porto Alegre, 2011.

CASTELLANO DA SILVA, Igor; MARTINS, J. M. Q. **National Army and State-Building in Africa: The Brazilian Approach in the Case of The Democratic Republic of the Congo**. Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations, v. 3, p. 137-179, 2014.

CENTENO, Miguel. **Blood and Debt: War and the Nation-State in Latin America**. University Park: The Pennsylvania State University Press, 2002.

CEPIK, Marco. **“Segurança Nacional e Segurança Humana: Problemas Conceituais e Consequências Políticas”**. Security and Defense Studies Review. Vol. 1, Spring, 2001.

CEPIK, Marco A. C. (1999). **“Para uma Sociologia Histórica das Revoluções Modernas: Problemas Conceituais Recorrentes”**. Revista Teoria & Sociedade, n. 03, janeiro-julho 1999, pp. 129-162. ISSN 1518-4471

COHEN, Youssef; BRIAN, Brown R.; ORGANSKI, Abramo F.K. **The paradoxical nature of State making: the violent creation of order**. The American Political Science Review, v. 75, n. 4, p. 901-910, dez. 1981.

CORDESMAN, Anthony H. **The “Gaza War”: Strategic Analysis**. Washington: CSIS – Center for Strategic and International Studies Press, 2009.

COSER, Lewis A. **“Conflito” in BOTTOMORE, Tom; OUTHWAITE, William. Dicionário do pensamento social do século XX.** Tradução Álvaro Cabral; Eduardo Francisco Alves. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1996

COVA, Anne. **História comparada das mulheres.** Novas abordagens. Livros Horizonte. Lisboa. 2008

DAHRENDORF, Ralf. **Class and Class Conflict in Industrial Society.** London: Routledge. 1976

DILÃO, Rui. **A Ciência dos Sistemas Complexos.** Departamento de Física do IST. Técnica, n. 1, março 1995.

DINIZ, Eugenio & RAZA, Salvador & PROENÇA Jr, Domicio. **Guia de Estudos de Estratégia.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. (ISBN: 8571104972).

DINIZ SILVA, Marcos José. **O conflito social e suas mutações na teoria sociológica.** Qualit@s Revista Eletrônica, ISSN 1677 4280, Vol.1. N°2 (2011).

DUARTE. Érico Esteves. **Tecnologia Militar e Desenvolvimento Econômico: uma análise histórica.** , no 1748. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, jun. 2012.

DUFFIELD, John S. **International Security Institutions: Rules, Tools, Schools or Fools?** In.: RHODES, R. A. W.; BINDER, Sarah A.; & ROCKMAN, Bert. A. (Org.) The Oxford Handbook of Political Institutions, p. 633-653. Oxford: Oxford University Press, 2006.

EARLE, E. M. Adam Smith, Alexander Hamilton, Friedrich List: **Fundamentos Econômicos do Poder Militar.** In: P. Paret, G. A. Graig, & F. Gilbert (Eds.), **Construtores da estratégia moderna: de Maquiavel à era nuclear,** p. 295–349. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.

ECHEVARRIA II, Antulio. **Clausewitz and Contemporary War.** Oxford-UK, Oxford University Press, 2007. (ISBN: 978.0-19-923191-1)

EIGEN, M., & SCHUSTER, P. **The hypercycle. A principle of self-organization.** *Naturwissenschaften* 65, pp.7-41. 1978.

EISENSTADT, Samuel. N. Tradition, **Wandel und Modernitat** (Tradition, change and modernity, dt.). 1979

ELIAS, Norbert. **Introdução à Sociologia**. Tradução Maria Luísa Ribeiro Ferreira. Lisboa:Edições 70. 2005

ENGELS, F. **O Papel da Violência na História**. In K. Marx, F. Engels, & V. I. Lenin (Eds.), *Escritos Militares*, p. 151–160. Global Editora, 1981.

FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits**. Vol. III e IV. Paris, Gallimard. 1994.

FOUCAULT, Michel. **Surveiller et punir**. Paris, Gallimard. 1977.

GALISON, P. Physics between war and peace. In: WALTON, S. A. (Ed.). **Instrumental in war: science, research, and instruments between knowledge and the world**. Boston: Brill, 2005.

GENTILI, Alberico. **O direito de guerra**. Trad. Ciro Mioranza. Ijuí: Ed. UNIJUI, 2005.

GIDDENS, Anthony. **O Estado-nação e a violência: Segundo volume de uma crítica contemporânea ao materialismo histórico**. São Paulo. Edusp. 1985.

GIDDENS, Anthony. **Estados nacionales y violencia**. Revista Académica de Relaciones Internacionales, Núm. UAM-AEDRI ISSN 1699 – 3950. Noviembre, 2006.

GILPIN, R. **War and change in world politics**. Vasa. Camb: Cambridge University Press, 1981.

GLERIA, Iram, MATSUSHITA, Raul, DA SILVA, Sergio. **Sistemas complexos, criticalidade e leis de potencia**. Revista Brasileira de Ensino de Física, v. 26, n. 2, p. 99 - 108, 2004.

GROTIUS, Hugo. **O direito da guerra e da paz**. Trad. Ciro Mioranza. 2ª ed. Ijuí: Ed. UNIJUI, 2005. Vol.1.

HALLIDAY, Fred. **“Repensando as Relações Internacionais”**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1999.

HOLMQVIST, Caroline. **Private Security Companies: The Case for Regulation.** , SIPRI Policy Paper., no 9. Stockholm: SIPRI, jan. 2005.

HOLSTI, K. J. **Taming the Sovereigns: institutional change in international politics.** Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

HOLSTI, K. J. **The State, War, and the State of War.** Cambridge: Cambridge Studies in International Relations, 2004b. 5

HUI, Victoria Tin-Bor. **War and State Formation in Ancient China and Early Modern Europe.** Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

HUNTINGTON, Samuel. **A Ordem Política nas Sociedades em Mudança.** São Paulo: Forense Universitária. 1975.

IKENBERRY, John. **After Victory: Institutions, Strategic Restraint, and the Rebuilding of Order after Major Wars.** Princeton University Press. 2000.

JACKSON, Robert H. **Quasi-states: sovereignty, international relations and the Third World.** Cambridge (EUA), Cambridge University Press, 1990.

JACKSON, Robert. H. ROSBERG, Carl. G. **Why Africa weak states persist: The empirical and the juridical in statehood.** Word Politics, Volume 35, Issue 1. 1-24. 1982.

JERVIS, Robert. **“Realism, Neoliberalism and Cooperation: Understanding the debate”.** International Security. Vol. 24, nº1, summer 1999.

JOUVENEL, Bertrand de. **De la politique pure.** Paris, Calmann-Lévy, 1963.

KARYOTIS, Georgios. **European Migration Policy in the Aftermath of September 11: The security migration nexus.** Innovation: The European Journal of Social Science Research v. 20, n. 1, p. 1–17, 2007.

KEOHANE, Robert. **After hegemony: Cooperation and discord in the world political economy.** Princeton: Princeton University Press. 1984.

KEOHANE, Robert. **After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy.** Princeton Classic Editions. 2005.

KEOHANE, Robert. NYE, Joseph. **Power and Interdependence**, Third Edition, Longman, 2001

KEOHANE, Robert. **International Institutions and State Power**: Essays in International Relations Theory. Westview, 1989.

KEOHANE, Robert. NYE, Joseph. **Power and Interdependence: World Politics in Transition**. Little, Brown, 1977.

KLEIN, John. Space Warfare. **Strategy, principles and policy**, p. 01-80. New York: Routledge, 2006.

KUGLER, Jacek. ORGANSKI, A. F. K. **The Power Transition: A Retrospective and Prospective Evaluation**. University of Michigan. 2000.

MARTINS, José Miguel. **Digitalização e Guerra Local como Fatores do Equilíbrio Internacional**. Tese de Doutorado, PPG de Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2008.

MARTINS, José Miguel Quedi. **Considerações Finais: Recomposição Hegemônica e as Relações Internacionais do Brasil**. In: MARTINS, José Miguel Quedi (org.) **Relações Internacionais Contemporâneas 2012/02: Estudos de Caso em Política Externa e de Segurança**. Porto Alegre: ISAPE, 2013.

MARTUCCELLI, Danilo. **Reflexões sobre a violência na condição moderna**. **Tempo Social; Ver. Sociol.** USP, São Paulo, 11(1): 157-175, maio de 1999.

MCNEILL, William. **H. The Pursuit of Power**. University of Chicago Press. 1984.

MEARSHEIMER, John. J. **The Tragedy of Great Power Politics**. New York. Norton. 2001.

MIGDAL, J. S. **Strong Societies and Weak States: State-Society Relations and State Capabilities in the Third World**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1988.

MORAES FILHO, Evaristo. **Simmel**. Editora: Ática. 1983

NAVILLE, Pierre. **Carl von Clausewitz et la théorie de la guerre**. CLAUSEWITZ, Carl von, De La Guerre. Paris, 1955.

NEUMAN, S. G. (Ed.). **International Relations Theory and the Third World**. New York: St. Martin's Press, 1998.

NISBET, Robert. **Os Filósofos Sociais**. Brasília: UnB, 1973.

NOLTE, Detlef. **How to compare regional powers: analytical concepts and research topics**. *Review of International Studies*. British International Studies Association, 2010.

NOMIKOS, W. G., Downes, A. B., Monten, J., & Foreign-imposed, R. **Reevaluating Foreign-Imposed Regime Change**. *International Security*, 38(3), p. 184–195, 2014.

NYE, Joseph S. **Cooperação e Conflito Nas Relações Internacionais**. Editora: Gente. São Paulo. 2009

ORLANDO, José Maria. **Vencendo a morte: como as guerras fizeram a medicina evoluir**. 1. ed. Matrix Editora. São Paulo. 2016

PALAZZO, Luiz Antônio Moro. **Complexidade, Caos e Auto-organização**. Universidade Católica de Pelotas. 2006

PARIS, Roland. **“Human Security: Paradigm Shift or Hot Air?”** In *International Security: Vol 4. Debating Security and Strategy and the Impact of 9-11*, edited by Barry Buzan and Lene Hansen, p. 208–221. London: Sage Publications, 2007.

PASQUINO, Gianfranco & REGALIA, Ida. “Conflito”. in BOBBIO, Norberto et al. (Orgs.) **Dicionário de Política**. Tradução Carmen C. Varille, Gaetano Lô Mônaco; João Ferreira et al. 8ª edição, Brasília, DF: Editora UnB, p.225-1230. 1995

PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes. **Clausewitz e a Política – Uma leitura de Da Guerra**. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2005.

PERES, Hugo Freitas. **O debate entre Neorrealismo e Neoliberalismo**. *Revista Intersaberes*, Curitiba, ano 4, n. 7, p. 69 - 88, jan/jun 2009.

POMERANZ, K.; TOPIK, S. **The world that trade created: culture, society and the world economy**, 1400 to the present. Armonk, NY: M.E. Sharpe, 2000.

POSEN, Barry R. **Command of the Commons: The Military Foundation of U.S. Hegemony**. International Security. Vol. 28, Nº 1, p. 5-46. MIT Press Journals, 2003.

PRIGOGINE, Ilya. Zeit, **Struktur und Fluktuation**. Angewandte Chemie 90 pp. 704-715. 1978.

PRIGOGINE, Ilya & STENGERS, Isabelle. **Dialog mit der Natur. Neue Wege naturwissenschaftlichen Denkens**. Munique. 1990.

PROENÇA JÚNIOR, D. **Tecnologia militar e os militares na tecnologia: o caso da política nacional de informática, 1937-1987**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1987.

RASLER, Karen, THOMPSON, William. **Global War and the Political Economy of Structural Change**, 2000.

RENNSTICH, Joachim. **The Making of a Digital World: The Evolution of Technological Change and How It Shaped Our World**. New York: Palgrave Macmillan, 2008.

RICHARDSON, L. F. "Generalized foreign politics". *The British Journal of Psychology*. 1939.

SANCHES, Solange, GEBRIM, Vera Lucia M. **O Trabalho da mulher e as negociações coletivas**. Estudos avançados 17(49) , 2003.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **Relações Internacionais dois séculos de história: entre a preponderância européia e a emergência americano-soviética (1815-1947)**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2001. v.1.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **Relações Internacionais dois séculos de história: entre a ordem bipolar e o policentrismo (de 1947 a nossos dias)**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2001. v.2.

SCHWELLER, Randall. L. PRIESS, David. **A Tale of Two Realisms: Expanding the Institutions Debate**. Mershon International Studies Review Vol. 41, No. 1. 1997

SCHUMPETER, Joseph. **A. Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Nova Cultural. 1990.

SHEEHAN, Michael. **The International Politics of Space**. Abingdon, UK: Routledge, 2007.

SIMMEL, Georg. Sociología. 1 **Estudios sobre las formas de socialización**. Tradução [s.n.] Madri:Alianza Editorial. 1986

SPEAR, Joanna. Counterinsurgency. In: WILLIAMS, Paul D. (org.). **Security Studies: an introduction**, p. 389-406. New York: Routledge, 2008.

SPRUYT, H. **The Sovereign State and Its Competitors**. New Jersey: Princeton University Press, 1996.

TAYLOR, B. D., & BOTEVA, R. Tilly Tally: **War-Making and State-Making in the Contemporary Third World**. International Studies Review, 10, p. 27–56, 2008.

TILLY, Charles. **Coerção, Capital e Estados Europeus (1990-1992)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, EDUSP, 1996.

TILLY, Charles. “War Making and State Making as Organized Crime.” In **Bringing the State Back In**, edited by Peter B. Evans, Dietrich Rueschemeyer, and Theda Skocpol, p. 169–191. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

TILLY, Charles. “Does Modernization Breed Revolution?”. In: Comparative Politics. 1973.

TILLY, Charles. “Revolutions and Collective Violence”. In: POLSBY, Nelson W. and GREENSTEIN, Fred I. (orgs.) Handbook of Political Science. Reading, Mass.; Addison-Wesley, 1975. Vol. 3 - Macropolitical Theory. pp. 483-556. 44

TILLY, Charles. **From Mobilization to Revolution**. Reading, Mass.; Addison-Wesley, 1978.

TOFT, Monica Duffy. “Ending Civil Wars: A Case for Rebel Victory”. International Security, Vol. 34, No. 4 (Spring 2010), p. 7–36, 2010.

TOL, Jan Van et al. **AirSea Battle: A Point-of-Departure Operational Concept**. Washington: Center for Strategic and Budgetary Assessments, 2010.

TOURAINÉ, A., **La produzione della società**. Il Mulino. Bologna 1975.

VASQUEZ, John A. **What do We Know About War?** Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2000.

WALLENSTEEN, Peter. **Beyond State failure: on internal and external ways of ending State failure.** In: Failed States III: globalization and the failed State. Florence: Italy, 2000.

WALTZ, Kenneth, **Man, the State and War, A theoretical analysis**, Columbia University Press, New York, 2001.

WALTZ, Kenneth, **Theory of International Politics**, University of California, Berkeley, 1979

WEBER, Max. **Economia e Sociedade.** Tradução Régis Barbosa; Karen Elsabete Barbosa. 3ª edição, Brasília:Editora UnB, v.1. 1999

WILLIAMS, Paul [editor]. **Security Studies: an introduction.** New York: Routledge, 2008.